#### IRIDIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF nº 20.792.955/0001-36 - NIRE 35.300.468.236 ATA DE ASSEMBI FIA GERAL EXTRAORDINÁRIA RÉALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 2025

ermos do §4º do Artigo 124 da Lei № 6.404/76 e suas respectivas alterações ("lei das A."), tendo em vista a presença dos acionistas representado a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de acionistas assinar a respectiva ata da reunião da Diretoria em nome do Diretor que não esteja precial da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de acionistas da Companhia e nesta ata. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente** - Sr. Marcelo de Andrade e **Secretário** - Sr. Fernando Barretto Bergamin. **4. ORDEM DO DIA:** apreciar e leliberar sobre: (a) Alteração do objeto social da Companhia; e (b) a consolidação do Estatuto Social. **5. DELIBERAÇÕES:** Os acionistas, titulares de 100% (cem por cento) das ações da Companhia, aprovaram a lavratura da ata em forma de sumário, nos termos do art. 130, §1°, da Lei das S.A., e deliberaram por unanimidade de votos, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as seguintes matérias: **5.1.** Aprovaram **(a)** Alterar o objeto social da Companhia, com a inclusão do objeto de Compra e venda de imóveis próprios (6810-2/01). Desta forma, com a alteração informada acima, o Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia vigorar-se-á com a seguinte redação: "**Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto: a) O desenvolvimento de empreendimentos imobiliários; b) A gestão e administração de propriedade imobiliária; c) O aluguel e a compra e venda de imóveis próprios; e d) A participação em outras sociedades, na qualidade de sócio ou acionista. e) Compra e ven-da de imóveis próprios (6810-2/01)." **5.2**. Em consequência das deliberações acima, os acionistas aprovam (d) a consolidação do Estatuto Social da Companhia, já contemplando a alteração acima aprovada, que passa a vigorar com a redação sem o Conselho de Ad-ministração constante do <u>Anexo I</u> da presente ata. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais ha-vendo a ser tratado, foi encerrada a presente Assembleia da qual se lavrou a presente Ata que, lida e deliberada conforme os itens acima, foi pela mesa assinada: **Presidente** - Sr. Marcelo de Andrade e **Secretário** - Sr. Fernando Barretto Bergamin. A presente é cópia iel da ata lavrada nos livros da Companhia. São Paulo, 01 de agosto de 2025. **Mesa:** Marcelo de Andrade - Presidente, Fernando Barretto Bergamin - Secretário. JU-CESP nº 309.165/25-8 em 05.09.2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral. CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA IRIDIO EMPREENDIMENTOS E PAR-TICIPACOES S.A. - CNPJ/MF n° 20.792.955/0001-36 - NIRE 35.300.468.236 - CA-PÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO: Artigo 1º - A Companhia opera sob a denominação de IRIDIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. e rege-se pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2° - A Companhia tem sua sede social e foro legal Av. Santo Amaro, 48, 03° andar, Cj. 32, Itaim Bibi, São Paulo-SP, CEP: 04506-905. Parágrafo único - A Companhia oderá abrir outras filiais, agências, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do rio nacional ou no exterior por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas. **Ar**tigo 3° - A Companhia tem por objeto: a) O desenvolvimento de empreendimentos imobiliários; b) A gestão e administração de propriedade imobiliária; c) O aluguel e a compra e venda de imóveis próprios; e d) A participação em outras sociedades, na qualidade de sócio ou acionista. e) Compra e venda de imóveis próprios (6810-2/01). **Artigo 4º** - O prazo de duração da companhia é indeterminado. **CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL E AÇÕES: Artigo 5°** - O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 20.001.200,00 (vinte milhões, mil e duzentos reais), dividido em 20.001.200 (vinte milhões, um mil e duzenas) ações, das quais 10.000.600 (dez milhões e seiscentas) são ações ordinárias e uas) açoes, uas quais rosposovo (uez ininies e seiscentas) são ações orininais e 10.000.600 (dez milhões e seiscentas) são ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6°** - As ações são indivisíveis em relação à Companhia e a cada ıma das ações ordinárias corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assem-ıleia Geral, não computados os votos em branco. **Artigo 7º** - A Assembleia Geral estaelecerá as condições e critérios para a alteração do capital social e para a emissão e subscrição de novas ações ordinárias ou preferenciais, bem como a respectiva forma de inte-gralização. **Artigo 8º** - As ações preferenciais não terão direito de voto e as suas vantaens consistem na prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, e no recebimento de dividendo fixo não-prioritário equivalente a 91% (noventa e um por cento) dos dividen-dos a serem distribuídos pela Companhia, conforme deliberação da Assembleia Geral, to-mada com base no lucro líquido ajustado verificado em cada exercício social, previsto na alínea (b) do artigo 25 infra. **Artigo 9º** - É garantido aos acionistas e na forma da lei o eito de preferência na subscrição de novas ações, pelo prazo decadencial de 30 dias fixado pela Assembleia Geral que aprovar o aumento de capital. Artigo 10° - É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias. **CAPÍTULO III – ADMINISTRA-ÇÃO: Artigo 11º** - A Companhia será administrada por uma Diretoria, na forma da legislação aplicável e deste Estatuto Social. **Parágrafo 1º** - Os membros da administração da Companhia serão investidos, mediante termo de posse lavrados nos respectivos Livros de Registro de Atas dos órgãos para os quais forem eleitos, dentro dos 30 (trinta) dias sub-sequentes à sua eleição. **Parágrafo 2º** - Os membros da administração da Companhia permanecerão em seus cargos e no exercício de suas funções até a eleição e posse de seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral. **Parágrafo 3º** - A remuneração global e anual dos administradores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, anual ou mensal, podendo ser revista, a qualquer tempo, cabendo a Diretoria a alocação e distribuição dos valores pagos à conta de remuneração, quando a Assembleia Geral fixá-la de forma global. **Artigo 12º —** Em caso de vacância na composição da Diretoria, será convocada Assembleia Geral para eleição de ovo membro. **Artigo 13º -** A Diretoria reunir-se-á, no mínimo, anualmente, por convocação de seus Diretores ou Acionistas. As reuniões da Diretoria deverão ser convocadas com, no mínimo 1 (um) dia útil de antecedência, mediante notificação por escrito, por meio de carta, telegrama, fac-símile, correspondência eletrônica (e-mail) ou outro meio de conunicação com aviso de recebimento, contendo o local, data, hora da reunião e ordem do dia. As convocações deverão, sempre que possível, encaminhar as propostas ou documentos a serem discutidos ou apreciados. **Artigo 14º** - As reuniões da Diretoria serão instaadas com a presença da maioria dos seus membros e as deliberações serão tomadas mediante o voto favorável da maioria dos presentes. **Parágrafo 1º** - Será considerada regu-eunião o membro da Diretoria que estiver, na ocasião: (a) participando da reunião por onferência telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio de comunicação que pernita a identificação do Conselheiro e a comunicação simultânea com as demais pessoas resentes à reunião, ou (b) que tiver enviado seu voto por escrito, ficando o presidente da eunião investido dos poderes para assinar a respectiva ata da reunião em nome do Diretor ou Acionistas que não esteja presente fisicamente. Parágrafo 3° - As reuniões da Diretoria ocorridas na forma do parágrafo 2º acima, serão formalmente localizadas na sede da Companhia quando nesta estiver presente pelo menos um Conselheiro ou, se não for este o caso, no local onde estiver o Presidente. Parágrafo 4º - Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Atas de Reuniões da Diretoria e assinadas pelos membros da Diretoria que estiverem presentes, observado o disposto no item (b) do Parágrafo 2º acima. Artigo 15º – Sem prejuízo das demais atribuições preristas em lei e neste Estatuto Social, compete a Diretoria: a) Estabelecer os objetivos, a po-fitica e a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes e políticas empresariais: b) Eleger, destituir e definir a remuneração e as atribuições dos membros da piretoria, observados os limites estabelecidos em Assembleia Geral; c) Fiscalizar a gestão los Diretores, examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar inormações sobre quaisquer atos celebrados, ou em via de celebração, pela Companhia; d) Nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, nos termos do disposto neste Estatuto Social; e) Manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; e f) Exercer as demais atribuições conferidas em Assembleia Geral fo 7º - Na impossibilidade de atuação da CA-CCBC, será escolhido um tribunal arbitra su por este Estatuto Social. **Seção I – Diretoria: Artigo 16°** – A Diretoria será compos-a por 2 (dois) Diretores sem designação específica, eleitos e destituíveis pelos acionistas im sede de Assembleia Geral a qualquer tempo. **Parágrafo 1°** - O mandato dos Direto-mos parágrafos abaixo. **Parágrafo 9°** - Na hipótese de realização de acordo entre as para por 2 (dois) Diretores sem designação específica, eleitos e destituíveis pelos acionistas unificado e seu prazo será de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Parágrafo 2º Em caso da vacância, ausência temporária ou impedimento de quaisquer dos Diretores, os acionistas em sede de Assembleia Geral deverão eleger um substituto, o qual ocupará vaga do Diretor durante o período de ausência do mesmo. **Artigo 17º** – A Diretoria renir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação de quaisquer dos Diretores, mediante notificação por escrito, por meio de carta, telegrama, fac-símile, cororietores, rieciamen normaga por estrito, por ineito de canta, teregiama, lacismine, cor-espondência eletrônica (e-mail) ou outro meio de comunicação com aviso de recebimen-to, contendo o local, data, hora da reunião e ordem do dia. As convocações deverão, sempre que possível, encaminhar as propostas ou documentos a serem discutidos ou apreciados. Considerar-se-á dispensada a convocação de reunião a que comparecer a totalidade dos Diretores. **Artigo 18°** – As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença de todos os seus membros e as deliberações serão tomadas mediante o voto unanime e fa- | Para tal efeito fim, as Partes elegem foro da sede da Sociedade como fora para julgar qua

orável de ambos os diretores. **Parágrafo 1º** - Será considerada regular, independente | quer matéria relacionada a este Estatuto Social.

. DATA, HORA E LOCAL: Assembleia realizada no dia 01 de agosto de 2025, às 10:00 | de qualquer formalidade de convocação, a reunião da Diretoria na qual comparecerem to horas, na sede social da IRIDIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. dos os seus membros. Parágrafo 2º - Considera-se presente à reunião o membro da Di retoria que estiver, na ocasião: (a) participando da reunião por conferência telefônica, vío-SP, CEP: 04506-905. 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação, nos deo conferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação de sente fisicamente. **Parágrafo 3º** - As reuniões da Diretoria ocorridas na forma do Parágrafo 2º acima, serão formalmente localizadas na sede da Companhia quando nesta est ver presente pelo menos um Diretor ou, se não for este o caso, no local onde estiver quai quer dos diretores, conforme definido por estes. **Parágrafo 4º** - Todas as deliberações d. Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Atas de Reuniões da Diretoria e assinadas pelos membros da Diretoria que estiverem presentes, observado o dispos no item (b) do Parágrafo 2º acima. **Artigo 19º** - Os Diretores terão poderes de represer tação, administração e gestão dos negócios sociais, podendo isolada ou conjuntamento na forma prevista neste Estatuto Social, validamente obrigar a Companhia, praticando o atos e operações necessários à consecução dos objetivos sociais conforme previsto nes Estatuto Social ou legislação aplicável. **Parágrafo 1º** - As procurações "ad negotia" ou torgadas pela Companhia serão obrigatoriamente assinadas por os ambos os Diretoro terão prazo de validade determinado, e vedarão o substabelecimento, sob pena de nuli dade. **Parágrafo 2º** - As procurações outorgadas a advogados, para representação d Companhia em processos administrativos ou judiciais, poderão ser assinadas individua mente por quaisquer dos Diretores, ter prazo de validade indeterminado e autorizar o substabelecimentos. **Artigo 20**º – São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos praticados por Diretores, por procuradores ou por qualquer adm nistrador ou empregado da Companhia que sejam estranhos ao objeto social, e aos seu negócios, tais como avais, fianças, endossos e outras garantias de favor, exceto se tais ato foram previamente aprovados pela Assembleia Geral. Capítulo IV – Assembleia Ge ral: Artigo 21°. A Assembleia Geral é o órgão soberano da Companhia e reunir-se-á, or dinariamente, nos quatro meses que se seguirem ao término do exercício social, para de liberar sobre as matérias constantes do Artigo 132, da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei 6.404/76"), e extraordinariamente, sempre que o interesse social o exigir. **Pa** rágrafo 1° - Sem prejuízo do disposto no parágrafo único do Artigo 123 da Lei nº 6404/76 a Assembleia Geral será convocada pelos Diretores ou Acionistas e, independentem das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que com parecerem todos os acionistas. **Parágrafo 2º** - A Assembleia Geral será instalada, em pr meira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um qu to) do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qual quer número de acionistas. Os acionistas sem direito a voto podem comparecer à Assem bleia Geral e discutir a matéria submetida à deliberação. Parágrafo 3º - A Assemble Geral será dirigida por Presidente e Secretário indicados pelos acionistas presentes. **Arti- go 22º** – Ressalvadas as exceções previstas na legislação aplicável e neste Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos acionistas titulares de ações com direito a voto, não se computando os votos em branco, com petindo-lhes, privativamente, sem prejuízo das demais matérias previstas na Lei 6404/76 (a) A alteração do Estatuto Social; (b) A eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos me hors da Diretoria; (c) A verificação anual das contas dos administradores e a deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (d) A deliberação sobre a trans formação, fusão incorporação e cisão da Companhia, com ou por gualquer outra forma d sociedade, sua dissolução e liquidação, a eleição e a destituição dos liquidantes e julga-mento das contas; e (e) A definição da remuneração global anual e individual dos admi-nistradores da Companhia. CAPÍTULO V – CONSELHO FISCAL: Artigo 23° – O Conselho Fiscal, que não funcionará em caráter permanente, será constituído por 3 (três) mem bros efetivos e igual número de suplentes e será instalado apenas nos exercícios sociai em que seu funcionamento for solicitado por acionistas, na forma e condições prevista em lei. Parágrafo único – Os membros do Conselho Fiscal terão a qualificação, compe-tência, deveres, prazo de mandato e remuneração estabelecidos por lei. CAPÍTULO VI – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DOS LU-CROS: Artigo 24° - O exercício social inicia-se em 1° de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. Parágrafo único - A companhia contratará auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários, para auditar anualmente suas de monstrações financeiras. **Artigo 25º** — Ao final de cada exercício social, a Diretoria far. elaborar o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras exigidas por lei. C lucro líquido então verificado terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para Reserva Legal; e (b) 95% (noventa e cinco por cento) do lucro líquido ajustado conforme previsto no Artigo 202 da Lei 6.404/76 para o pagamento do dividendo mínimo obrigató rio. **Artigo 26°** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais e poderá declarar por deliberação da Diretoria , dividendos à conta de lucros apurados neste balanço. À Com panhia é facultado levantar balanços e distribuir dividendos em períodos menores, desd que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o mo tante das reservas de capital de que trata a Lei 6.404/76. CAPÍTULO VII – ACORDOS DE ACIONISTAS: Artigo 27º – Os acordos de acionistas versando sobre as matérias que alude o Artigo 118 da Lei 6.404/76, bem como outras matérias acordadas entre os signatários, serão observadas pela companhia uma vez arquivados em sua sede. **CAPÍTULO VIII – LIQUIDAÇÃO: Artigo 28º** – A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei e a Assembleia Geral fixará a forma de liquidação e nome rá o liquidante que conduzirá a Companhia durante o período de liquidação. CAPÍTULO IX — DISPOSIÇÕES GERAIS: Artigo 29° — Os casos omissos neste Estatuto Social se rão resolvidos pela Assembleia Geral, observados os dispositivos legais em vigor. Artigo 30° – Quaisquer controvérsias, sem exceção, oriunda do presente Estatuto Social, que não seja resolvida amigavelmente, será submetida exclusivamente a arbitragem do Centro do Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil Canadá ("CA-CCBC"), de acordo com o Regu lamento do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá de 15 de Julho de 1998, com disposto na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1966, e com c estipulado a seguir neste Estatuto Social. **Parágrafo 1º** - O tribunal arbitral será compos to por 3 (três) árbitros, cabendo a cada uma das partes designar um titular e seu supler te, e o terceiro que atuará como Presidente do Tribunal Arbitral será nomeado pelos árb tros nomeados pelas referidas partes. Caso os árbitros não chequem a um consenso quar to ao terceiro árbitro, este será designado segundo as regras do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos da data em que se verificar aludido impasse. **Parágrafo 2º** - O tribunal arbitra terá assento na Cidade de São Paulo. A arbitragem será conduzida em língua portuguesa segundo a legislação brasileira. **Parágrafo 3º** - A parte que desejar iniciar a arbitragem deverá notificar a outra de sua intenção, com cópia para a CA-CCBC, informando o esco po da controvérsia. **Parágrafo 4º** - O compromisso arbitral deverá ser minutado pela CA-CCBC e firmado pelas partes, instituindo-se assim a arbitragem, impreterivelmente em dez dias úteis contados a partir da data da comunicação da controvérsia à CA-CCBC no termos deste Artigo 31. **Parágrafo 5º** - As partes terão o prazo comum de 15 (quinze dias corridos contados a partir da data do compromisso arbitral para apresentar petição ao tribunal arbitral contendo suas razões detalhadas e a documentação eventualmento julgada necessária. **Parágrafo 6º** - O tribunal arbitral decidirá o assunto impreterivel mente em até 30 (trinta) dias contados a partir do termo do prazo estipulado no Parágra fo Quinto anterior, sendo tal decisão final, vinculante e irrecorrível, ficando expressamen tratação do Juízo Arbitral serão divididos id Partes. **Parágrafo 10°** - Nas hipóteses em que a matéria discutida seja efetivamente ob jeto de julgamento pelo tribunal arbitral, as custas a estes relativas serão de responsabi lidade da parte vencida. **Parágrafo 11º** - Não serão considerados como custos relativo ao tribunal arbitral, para os efeitos da distribuição determinada nesta cláusula, os valore relativos a honorário advocatícios e periciais. Parágrafo 12º - As partes reconhecem que qualquer uma delas poderá precisar de ordens judiciais preliminares para evitar danos, o riscos de dados, aos seus direitos. Assim, o requerimento de medida liminar, ou de qual quer outra ordem judicial preliminar, para os tribunais, antes ou depois do início do pro cesso arbitral estabelecido neste Estatuto Social, não deverá ser considerado incompati vel, ou forma de desistência voluntaria de qualquer dos direitos apontados neste Artigo

#### SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

Companhia Aberta CNPJ nº 01.599.101/0001-93 / NIRE 35.3.0050149-7 ATA DE REUNIÃO DE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2025.

Edição Digital Certificada\*Quinta-feira, 25 de setembro de 2025

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Aos 28 dias do mês de abril de 2025, às 10:00 horas, de forma híbrida, tanto na sede social da SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A. ("Companhia"), quanto pela plataforma Teams. 2. MESA: Presidente da reunião, Sr Eric Macchione Monteiro da Fonseca, Secretário da reunião, Sr. Leopoldo de Bruggen e Silva. **3. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos dos artigos 16, §3º, e 18 do estatuto social da Companhia, assinados ao final desta ata ("Conselhei ros"). **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre (i) a 5ª (quinta) Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações da Éspécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, emitidas pela Companhia ("5ª Debênture" correspondente ao montante inicial de R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), para: (a) celebração de Segundo Aditamento a Escritura de Emissão, prorrogando o vencimento para 27 de fevereiro de 2026, e ajuste datas de pagamento e amortização; e (b) celebração do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária e Segundo Aditamento ao Contrato de Cessão Fi duciária, alterando garantias relativas ao saldo devedor; e (ii) a Confissão de Dívida oriunda da Fee Letter ("Confissão de Dívida") à título comissão de estruturação, datada de 19 de setembro de 2023, no valor correspondente ao montante inicial de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), constante no anexo II deste instrumento, para aprovar: (a) celebração de Aditamento ao Contrato de Confissão de Dívida, prorrogando vencimento para 27 de fevereiro de 2026, e ajuse datas de pagamento e amortização; e (b) aprovação do compartilhamento das garantias com a operação de Debêntures. 5 DELIBERAÇÃO: Dispensada a leitura da ordem do dia, foram deliberadas e aprovadas pela unanimidade dos Conselheiros (i) A lavratura desta ata na forma sumária e a sua publicação. (ii) A celebração, pela Companhia, do Segundo Aditamento à Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para: (a) estender o prazo de vigência das Debêntures, que originalmente tinham data de vencimento em 19 de novembro de 2024, prorrogando-se para 27 de fevereiro de 2026; (b) ajustar a Data de Pagamento da Remuneração e da amortização do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, (c) atualizar o saldo devedor das Debêntures, que perfaz o montante de R\$17.373.915,59 (dezessete milhões, trezentos e setenta e três mil, novecentos e quinze reais, e cinquenta e nove centavos), com a incidência de juros remuneratórios pré-fixados correspondentes a 30% (trinta por cento) ao ano, base 252 Dias Úteis, calculados em regime de capitalização composta, pro rata temporis de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão; (d) alterar as garantias relativas à integralidade do saldo devedor das Debêntures, conforme detalhado no item (iv) abaixo. (iii) A celebração, pela Companhia, do Aditamento ao Instrumento Particular de Confissão de Dívidas e Outras Avenças firmado entre a Companhia e a Jive Investments Gestão de Recursos e Consultoria S.A., para: (a) formalizar a extensão da Data de Pagamento para 27 de fevereiro de 2026; (b) atualizar o Saldo devido e não pago o qual perfaz o montante de R\$17.273.661,56 (dezessete milhões, duzentos e setenta e três mil, seiscentos e sessenta e um reai e cinquenta e seis centavos), incluindo os Encargos Moratórios (conforme definido no Contrato de Confissão de Dívida Original) ncorridos pela Sequoia, e o waiver fee acordado no valor de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais); (c) estabelecer a incidência de juros remuneratórios sobre o Saldo Devedor, correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, cal culadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A., acrescida de sobretaxa (spread) equivalente a 6,0% (seis por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; **(d)** estabelecer o compartilhamento das garantias com a operação de Debêntures conforme detalhado no item (iv) abaixo. (iv) As garantias para ambas as operações (5ª Debênture e Confissão de Dívida) passarão

Garantia	Outorgante	Objeto	Valor (R\$)
Cessão Fiduciária	Sequoia Logistica e Transportes S.A. e Transportadora Americana S.A.	Contratos Alvo e Direitos Creditórios	R\$ 28.297.563,16
Cessão Fiduciária	Sequoia Logistica e Transportes S.A.	Direitos creditórios relativos ao preço que é devido em decorrência da venda da totalidade do capital social da empresa Lincros.	
Cessão Fiduciária	Sequoia Logistica e Transportes S.A.	Direitos creditórios relativos ao preço que é devido em decorrência da venda da totalidade do capital social da empresa Frenet.	
Alienação Fiduciária	Transportadora Americana S.A.	Bem imóvel localizado em Parauapebas (Matrícula 25.099)	R\$ 4.000.000,00
Total			R\$ 43.114.616.49

(v) Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas ncluindo, mas não se limitando a celebração de todos os documentos necessários, tais como aditamentos e quaisquer outros instrumentos relacionados às deliberações acima. 6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e edigida a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Barueri/SP, 28 de abril de 2025. **Mesa**: Eric Macchione Monteiro da Fonseca - Presidente da Mesa; Leopoldo de Bruggen e Silva - Secretário da Mesa. Conselheiros: Eric Macchione Monteiro da Fonseca; Guilherme Rodrigues Alves Juliani; Marcelo Adilson Tavarone Torresi; Armando Marchesar Neto; André Loureiro da Silva Pereira

documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. I verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br.443 e utilize o código 57E2-3B66-D8E2-FAD6

#### SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 01.599.101/0001-93 / NIRE 35.300.501.497
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 9 DE SETEMBRO DE 2025 ATA DA REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 9 DE SETEMBRO DE 2025

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 9 de setembro de 2025, às 10:00h, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Teams", tendo sido considerada realizada na sede social na sede social da Sequoia Logística e Transportes S.A. ("Companhia"), localizada na Alameda Rio Negro, 500, 6º andar, sala 601, Alphaville Centro I, CEP 06454-000, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Reunião devidamente convocada nos termos do artigo 16 do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), e presentes, conforme determina o artigo 18 do Estatuto Social, os membros do Conselho de Administração a saber: (i) Sr. Eric Macchione Monteiro da Fonseca; (ii) Sr. Guilherme Rodrigues Alves Juliani; (iii) Sr. Marcelo Adilson Tavarone Torresi; (iv) Sr. Marcelo Sanchez Martins; e (v) Sr. Armando Marchesan Neto. 3. MESA: A reunião foi presidida pelo Sr. Eric Macchione Monteiro da Fonseca e secretariada pela Sra. Larissas Kastelic. 4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a: (i) realização da 10º (décima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia agicional fideiussória, em série (nica, para subscrição privada, para subscrição privada. debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para subscrição privada, da Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, e em conformidade com o disposto no artigo 19, inciso (xv) do Estatuto Social; (ii) em garantia do fiel, integral e pontual pagamento da integralidade das Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão), o compartilhamento, pela Flash (conforme abaixo definido), controlada indireta da Companhia, da cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária" e "Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente") sobre a totalidade: (a) dos direitos creditórios de títularidade da Flash contra o Banco Depositário (conforme definido no Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária) pelos recursos recebidos e que vierem a ser recebidos por conta da Flash: (1) em decorrência do pagamento de quaisquer direitos creditórios de titularidade da Flash, presentes e futuros (performados e não performados), decorrentes dos Contratos Alvo Flash (conforme definido na Escritura de Emissão), incluindo todos os direitos e acréscimos relacionados, seja a que título for, inclusive a título de encargos moratórios, multas, juros, indenizações e demais encargos ("Direitos Creditórios – Contratos Alvo Flash"); e/ou (2) a qualquer outro título; em todos os casos, mantidos em depósito na Conta Vinculada Flash e na Conta de Livre Movimentação Sequoia, independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária; (b) dos direitos, presentes e futuros, decorrentes da Conta Vinculada Flash e na Conta de Livre Movimentação Sequoia (os itens (a) e (b), em conjunto, "Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente – Contas"); (c) dos direitos, presentes e futuros, decorrentes de contas de titularidade da Flash mantidas junto ao Itaú Unibanco S.A. e ao Banco Bradesco S.A., as quais são utilizadas para recebimento do pagamento de quaisquer direitos creditórios de titularidade da Flash, presentes e futuros (performados e não performados), decorrentes dos Contratos Alvo Flash; com a 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para subscrição privada, da Companhia ("9ª Emissão"), por meio do Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido); (iii) outorga, pela Fiadora (conforme abaixo definido), de garantia fidjussória na forma de fiança ("Fiança"), em caráter solidário e irrevogável, em conjunto com a Companhia, em favor do JIF, bem como ratificação da outorgada da Fiança, em caráter solidário e irrevogável, em conjunto com a Companhia, em favor do FCR no âmbito da 9ª Emissão; (iv) celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à Emissão, ao companhia, em favor do FCR no âmbito da 9ª Emissão; (iv) celebração, pela Companhia, ee seus eventuais aditamentos que se façam necessários à Emissão. são e ao compartilhamento da Cessão Fiduciária, incluindo, sem limitação, aos seguintes contratos e seus eventuais aditamentos que se façam necessários: (iv.a) aditamento ao "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da 9ª (Nona) Emissão de Sequoia Logística e Transportes S.A." ("Escritura 9ª Emissão"), celebrado entre a Companhia, o Fundo de Crédito e Recebíveis – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FCR" ou "Debenturista 9ª Emissão"), a lash Courier Ltda ("Flash" ou "Interveniente Garantidora") e a Transportadora Americana S.A. ("TA" ou "Fiadora"); (iv.b) o "Instrumento Particular de Escri Flash Courier Ltda ( Flash ou Interveniente Garantidora ) e a Transportadora Americana S.A. ( TA ou Fladora ); (IV.6) o Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da 10ª (Décima) Emissão de Sequoia Logística e Transportes S.A." ("Escritura 10ª Emissão") ou "Escritura de Emissão"), a ser celebrado entre a Companhia, o JIF Créditos – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado ("JIF" ou "Debenturista"), a Flash e a Fiadora; (iv.c) o "Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia" ("Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária"), a ser celebrado entre a Companhia, a TA, a Flash, o FCR, o JIF e a Laqus Depositária de Valores Mobiliários S.A. ("Agente de Controle"); (iv.d) o Contrato de Banco de Depositário (conforme definido na Escritura de Emissão); e (iv.e) Contrato de Agente de Controle (conforme definido na Escritura de Emissão); e (iv.e) Contrato de Agente de Controle (conforme definido na Escritura de Emissão); e (iv.e) contrato de Agente de Controle (conforme definido na Escritura de Emissão); e (iv.e) Responsables para addata de Registra todas e guajeguer medidas, a celebrar todas es documentos pares adeses de la conforma de Companhia, por si que por maio de procuradores, para addata todas e quajeguer medidas, a celebrar todas es documentos pares adeses de la conforma de Companhia, por si que por maio de procuradores para addata todas e quajeguer medidas, a celebrar todas es documentos pares adeses de la conforma de Companhia, por si que por maio de procuradores para addata todas e quajeguer medidas e celebrar todas es documentos pares de controle (conforma de Companhia, por si que por maio de procuradores para addata todas e que por maio de procuradores para addata todas e que por maio de procuradores para addata todas e celebrar todas es documentos para addata todas en controles (conforma de Com de Depositário (conforme definido na Escritura de Emissão); e (iv.e) Contrato de Agente de Controle (conforme definido na Escritura de Emissão); e (v) autorização à diretoria da Companhia, por si ou por meio de procuradores, para adotar todas e quaisquer medidas, e celebrar todos os documentos necessários à Emissão e ao compartilhamento, pela Flash, da Cessão Fiduciária, incluindo, sem limitação, a contratação de assessores legais, do Agente de Controle, do Banco Depositário e dos demais prestadores de serviços. 4. DELIBERAÇÕES: Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, à vista da minuta da Escritura de Emissão e demais documentos, foram aprovadas pelos conselheiros presentes, com a abstenção do Conselheiro Marcelo Sanchez Martins: 4.1. A realização da Emissão, nos seguintes termos: (i) Características da Emissão: (a) Número da Emissão: As Debêntures representam a 10ª (décima) emissão de debêntures da Companhia. (b) Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais). (c) Séries: A Emissão será realizada em série única. (d) Colocação. As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. (e) Depósito centralizado. As Debêntures serão depositadas perante a Laqus Depositária de Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 33.268.302/0001-02, na qualidade de depositária ("Laqus"), que fará o depósito centralizado e custódia eletrônica das Debêntures, observados os termos e condições descritura de Emissão. (f) Escriturador: O escriturador da presente Emissão é a Laqus ("Escriturador"). O Escriturador será responsável por realizar a escrituração das Debêntures, entre outras responsabilidades definidas nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observados os termos e condições descritos na Escritura de Emissão. (g) definidas nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observados os termos e condições descritos na Escritura de Emissão. (g)
Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos a serem obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados, única e exclusivamente,
para o pagamento de obrigações pecuniárias da Companhia, quais sejam,: (i) pagamento de verbas trabalhistas existentes nesta data, devidas pela Compara o pagamento de obrigações pecuniarias da Compannia, quais sejam.: (i) pagamento de verbas trabalnistas existentes nesta data, devidas pela Companhia e vinculadas ao desenvolvimento de sua atividade econômica nos termos do objeto social; (ii) pagamento de obrigações pecuniárias existentes nesta data, devidas pela Companhia junto à PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; e/ou (iii) pagamento de obrigações pecuniárias existentes nesta data, devidas pela Companhia no âmbito do plano de recuperação extrajudicial da Companhia homologado judicialmente; não podendo ser destinados para quaisquer outros fins, incluindo investimentos (CAPEX) e/ou pagamento de outras dívidas. (h) Cessão Fiduciária. A Flash, por meio do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido na Escritura de Emissão) e na melhor forma de direito, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil (conforme definido na Escritura de Emissão), do artigo 66-B da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, dos artigos 18 a 20 da Lei 9.514 (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), da Lei nº 14.711, de 30 de outubro de 2023, conforme alterada, deverá compartilhar a Cessão Fiduciária constituída em favor do Debenturista 9ª Emissão com o Debenturista, em garantia do fiel, integral de pontual pagamento da integralidade das Obrigações Garantidas e das Obrigações Garantidas 9ª Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão). gral e pontual pagamento da integralidade das Obrigações Garantidas e das Obrigações Garantidas 9ª Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão), da totalidade: (i) Direitos Creditórios – Contratos Álvo Flash; (ii) Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente – Contas; e (iii) dos direitos, presentes e futuros, decorrentes de contas de titularidade da Flash mantidas junto ao Itaú Unibanco S.A. e ao Banco Bradesco S.A., as quais são utilizadas para receoimento do pagamento de quaisquer direitos creditórios de titularidade da Flash, presentes e futuros (performados e não performados), decorrentes dos Contratos Alvo Flash, os quais serão melhores detalhados por meio de aditivo a esta Escritura de Emissão e ao Contrato de Cessão Fiduciária. (i) Garantia Fidejussória e Solidariedade Passiva. A Fiadora, nos termos da Escritura de Emissão, se obrigará, solidariamente com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, perante o Debenturista, como fiadora, co-devedora solidária, principal pagadora e solidariamente (com a Companhia) responsável por todas as Obrigações Garantidas, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil, e dos artigos 130 e 794 do Código de Processo Civi (conforme definido na Escritura de Emissão), pelo pagamento integral das Obrigações Garantidas, nas datas previstas na Escritura de Emissão, indepen-dentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, ou qualquer outra medida, observado o disposto na Escritura de Emissão. (ii) Características Gerais das Debêntures: (a) Data de Emissão: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela constante da Escritura de Emissão ("Data de Emissão"). (b) Data de Início da Rentabilidade: Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade é a 1ª (primeira) Data de Integralização (conforme abaixo definido) ("Data de Início da Rentabilidade"). (c) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade. As Debentures serão emitidas sob a formà nominativa e escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada por: (a) extrato de posição de custódia expedido pela Laqus, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na Laqus; ou (b) o extrato emitido pelo Escriturador, a partir das informações prestadas com base na posição de custódia eletrônica constante da Laqus em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na Laqus. (d) Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia. (e) Espécie: As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, consistindo na Cessão Fiduciária. Adicionalmente, as Debêntures serão garantidas pela Fiança. (f) Prazo e Data de Vencimento: Sem prejuízo da aplicação do Cronograma Alternativo (conforme abaixo definido), o prazo das Debêntures será de 659 (seiscentos e cinquenta e nove) dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de junho de 2027 ("Data de Vencimento"). (g) Valor Nominal Unitário: As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). (h) Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 10.000 (dez mil) Debêntures. (i) Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), pelo Valor Nominal Unitário, por meio da assinatura do boletim de subscrição das Debêntures, e observado o disposto na Escritura de Emissão. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data de Início da Rentabilidade, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização ("Preço de Integralização"). (j) Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios pré-fixados correspondentes a 3,3% (três inteiros e três décimos) ao mês, base 30 (trinta) dias ("Remuneração"), incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade (inclusive) ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaiso definido) imediatamente anterior (inclusive) e a data efetiva de pagamento da Remuneração (exclusive) ("Período de Capitalização"), sendo certo que cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. O cálculo da Remuneração será realizado de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, e obedecerá a fórmula prevista na Escritura de Emissão. (I) Pagamento da Remuneração: Sem prejuízo da aplicação do Cronograma Alternativo, e dos pagamentos em decorrência de eventual amortização extraordinária ou resgate antecipado, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga em 21 (vinte e uma) parcelas, iguais e consecutivas, sendo a primeira devida em 9 de outobro de 2026 e a última na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). (m) Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário: Sem prejuízo da aplicação do Cronograma Alternativo, e dos pagamentos em decorrência de amortização extraordinária ou resgate antecipado, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em 12 (doze) parcelas, iguais e consecutivas, sendo a primeira devida em 9 de julho de 2026 e a última na Data de Vencimento. (n) Cronograma Alternativo de Pagamento das Debentures. Sem prejuízo de descritura do Emissão, qualquer um do Debenturista a sou exclusiva critário poderá mediante enviso de pagamento das Debentures. do disposto na Escritura de Emissão, qualquer um do Debenturista, a seu exclusivo critério, poderá, mediante envio de notificação para a Companhia a qualquer tempo e com cópia para o Banco Depositário, obrigar a Companhia a realizar o pagamento integral do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, pela Fiadora e/ou pela Flash nos termos da Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão), no prazo de até 30 (trinta) dias contados do envio da notificademais Documentos das Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão), no prazo de até 30 (trinta) dias contados do envio da notificação nesse sentido pelo Debenturista, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios ("Cronograma Alternativo"). Os procedimentos referentes a aplicação do Cronograma Alternativo estão descritos na Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária. (o) Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento, mediante depósito dos valores devidos nas contas de titularidade dos Debêntures a serem por eles indicadas à Companhia. (p) Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida ao Debenturista, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a (independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial): (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 10% (dez por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"). (q) Repactuação. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. (r) Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Companhia será equivalente ao Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da nuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso), sem qualquer prêmio ou penalidade. Os procedimentos referentes a realização do Resgate Antecipado Facultativo estão descritos a Escritura de Emissão. (s) Amortização Extraordinária Facultativa: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures ("Amortização Extraordinária Facultativa"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa, o valor devido pela Companhia será equivalente à parcela do Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a serem amortizadas, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Facultativa, sem qualquer prêmio ou penalidade. Os procedimentos referentes a realização da Amortização Extraordinária Facultativa estão descritos na Escritura de Emissão. (t) Resgate Antecipado Obrigatório ou Amortização Extraordinária Obrigatória: Não será admitida a realização de resgate antecipado obrigatório ou amortização extraordinária obrigatória. (u) Aquisição Facultativa: Não será admitida a realização de resgate antecipado obrigatório ou amortização extraordinária obrigatória. (u) Aquisição Facultativa: Não será admitida a realização de resgate antecipado obrigatório ou amortização extraordinária obrigatória. tida a realização de aquisição facultativa das Debêntures. (v) Vencimento Antecipado: O Debenturista poderá considerar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia e pela Fiadora, e no caso da Flash a excussão da Cessão Fiduciária, dos valores devidos nos termos da Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos na Escritura de Emissão, independentemenária, dos valores devidos nos termos da Escritura de Emissão, na ocorrencia de qualquer dos eventos previstos na Escritura de Emissão, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. (x) Desmembramento: Não haverá desmembramento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e dos demais direitos conferidos ao Debenturista. (y) Demais Termos e Condições: Os demais termos e condições da Emissão e das Debêntures seguirão de acordo com o quanto previsto na Escritura de Emissão. 4.2. Aprovar, em garantia do fiel, integral e pontual pagamento da integralidade das Obrigações Garantidas, o compartilhamento, pela Flash, controlada indireta da Companhia, da Cessão Fiduciária sobre sobre a totalidade: (a) dos Direitos Creditórios – Contratos Alvo Flash; (b) Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente – Contas; (c) dos direitos, presentes e futuros, decorrentes de contas de titularidade da Flash mantidas junto ao Itaú Unibanco S.A. e ao Banco Bradesco S.A., as quais são utilizadas para recebimento do pagamento de quaisquer direitos creditórios de titularidade da Flash, presentes e futuros (performados), decorrentes dos Contratos Alvo Flash; com a 9ª Emissão, por meio do Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária. 4.3. Aprovar a outorga, pela Fiadora, de Fiança, em caráter solidário e irrevogável, em conjunto com a Companhia, em favor do. IIF bem como ratificação da outorgada da Fiança. em caráter solidário e irrevogável, em conjunto com a Companhia, em favor do. IIF bem como ratificação da outorgada da Fiança. em caráter solidário e irrevogável, em conjunto com a Companhia, em favor do. IIF bem como carátificação da outorgada da Fiança. do Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciaria. 4.3. Aprovar a outorga, pela Fiadora, de Fiança, em caráter solidário e irrevogavel, em conjunto com a Companhia, em favor do JIF, bem como ratificação da outorgada da Fiança, em caráter solidário e irrevogável, em conjunto com a Companhia, em favor do FCR no âmbito da 9ª Emissão. 4.4. Aprovar a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à Emissão e ao compartilhamento da Cessão Fiduciária, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes instrumentos e seus eventuais aditamentos que se façam necessários: (i) ao aditamento a Escritura 9ª Emissão; (ii) a Escritura 10ª Emissão; (iii) o Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária; (iv) o Contrato de Banco Depositário; e (v) o Contrato de Agente de Controle. 4.5. Autorizar à diretoria da Companhia, por si ou por meio de procuradores, para adotar todas e quaisquer medidas, e celebrar todos os documentos necessários à Emissão e ao compartilhamento, pela Flash, da Cessão Fiduciária, incluindo, incluindo, sem limitação, a contratação de assessores legais, do Agente de Controle, do Banco Depositário e dos demais prestadores de serviços, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e fixar-lhes os honorários, bem como o pagamento de custos, despesas e comissões relacionados à Emissão, inclusive aquelas devidas ao JIF e prestadores de serviços contratados para os fins da Emissão. 5. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Conselheiros presentes: (a) foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Conselheiros presentes: (a) Eric Macchione Monteiro da Fonseca; (b) Guilherme Rodrigues Alves Juliani; (c) Marcelo Sanchez Martins; (d) Marcelo Adilson Tavarone Torresi e (e) Armando Marchesan Neto. Barueri/SP, 9 de setembro de 2025. **Eric Macchione Monteiro da Fonseca** - Presidente; **Larissa Kastelic** - Secretária.

#### SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 01.599.101/0001-93 NIRE 35.300.501.497

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2025.

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 26 de agosto de 2025, às 10:00h, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Teams", tendo sido considerada realizada na sede social na sede social da Sequoia Logística e Transportes S.A. ("Companhia"), localizada na Alameda Rio Negro, 500, 6º andar, sala 601, Alphaville Centro I, CEP 06454-000, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Reunião devidamente convocada nos termos do artigo 16 do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), e presentes, conforme determina o artigo 18 do Estatuto Social, os membros do Conselho de Administração a saber: (i) Sr. Eric Macchione Monteiro da Fonseca; (ii) Sr. Guilherme Rodrigues Alves Juliani; (iii) Sr. Marcelo Adilson Tavarone Torresi; (iv) Sr. Marcelo Sanchez Martins; e (v) Sr. Armando Marchesan Neto. 3. MESA: A reunião foi presidida pelo Sr. Eric Macchione Monteiro da Fonseca e secretariada pela Sra. Larissa Kastelic. 4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a: (i) realização da 9º (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para subscrição privada, da Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, e em conformidade com o disposto no artigo 19, inciso (xv) do Estatuto Social; (ii) em garantia do fiel, integral e pontual pagamento da integralidade das Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão), constituição, pela Flash (conforme abaixo definido), controlada indireta da Companhia, de cessão fiduciária" e "Direitos Creditórios Cedidos Fiduciária") pelos recursos recebidos e que vierem a se direitos creditórios de titularidade da Flash, presentes e futuros (não performados), decorrentes dos Contratos Alvo Flash (conforme definido na Escritura de Emissão), incluindo todos os direitos e acréscimos relacionados, seja a que título for, inclusive a título de encargos moratórios, multas, juros, indenizações e demais encargos ("Direitos Creditórios – Contratos Alvo Flash"); e/ou **(2)** a qualquer outro título; em todos os casos, mantidos em depósito na Conta Vinculada Flash e na Conta de Livre Movimentação Sequoia, independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária; (b) dos direitos, presentes e futuros, decorrentes da Conta Vinculada Flash e na Conta de Livre Movimentação Sequoia (os itens (a) e (b), em conjunto, "Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente – Contas"); (c) dos direitos, presentes e futuros, decorrentes de contas de titularidade da Flash mantidas junto ao Itaú Unibanco S.A. e ao Banco Bradesco S.A., as quais são utilizadas para recebimento do pagamento de quaisquer direitos creditórios de titularidade da Flash, presentes e futuros (não performados), decorrentes dos Contratos Alvo Flash, os quais serão melhores detalhados por meio de aditivo a Escritura de Emissão (conforme abaixo definido) e ao Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido); (iv) celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à Emissão e à constituição da Cessão Fiduciária, incluindo, sem limitação, aos seguintes contratos e seus eventuais aditamentos que se façam necessários: (iv.a) o "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conseus eventuais aditamientos que se laçam necessarios. (m.a) o instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Depenturies Simipies, Não Corversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da 9ª (Nona) Emissão de Sequoia Logística e Transportes S.A." ("Escritura de Emissão"), a ser celebrado entre a Companhia, o Fundo de Crédito e Recebíveis – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Debenturista"), a Flash Courier Ltda ("Flash" ou "Interveniente Garantidora") e a Transportadora Americana S.A. ("TA" ou "Fiadora"); (iv.b) o "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia" ("Contrato de Cessão Fiduciária"), a ser celebrado entre a Companhia, a TA, a Flash, o Debenturista e a Laqus Depositária de Valores Mobiliários S.A. ("Agente de Controle"); (iv.c) o Contrato de Banco de Depositário (conforme definido na Escritura de Emissão) (iv.d) Contrato de Agente de Controle (conforme definido na Escritura de Emissão); e (v) autorização à diretoria da Companhia, por si cua por procuradores, para adeter todas e autoras, por si ou por meio de procuradores, para adotar todas e quaisquer medidas, e celebrar todos os documentos necessários à Émissão e à outorga, pela Flash, da Cessão Fiduciária, incluindo, sem limitação, a contratação de assessores legais, do Agente de Controle, do Banco Depositário e dos demais prestadores de serviços. 5. DELIBERAÇÕES: Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, à vista da minuta da Escritura de Emissão e demais documentos, foram aprovadas pelos conselheiros presentes, com a abstenção do Conselheiro Marcelo Sanchez Martins: **5.1.** A realização da Emissão, nos seguintes termos: **(i) Características da Emissão: (a)** Número da Emissão: As Debêntures representam a 9ª (nona) emissão de debêntures da Companhia. **(b)** Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais). **(c)** Séries: A Emissão será realizada em série única. (d) Colocação. As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. (e) Depósito centralizado. As Debêntures serão depositadas perante a Laqus Depositária de Valores Mobiliários S.A., inscritá no CNPJ sob o nº 33.268.302/0001-02, na qualidade de depositária ("Laqus"), que fará o depósito centralizado e custódia eletrônica das Debêntures, observados os termos e condições descritos na Escritura de Emissão. (f) Escriturador: O escriturador da presente Emissão é a Laqus ("Escriturador"). O Escriturador será responsável por realizar a escrituração das Debêntures, entre outras responsabilidades definidas nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observados os termos e condições descritos na Escritura de Emissão. (g) Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos a serem obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados, única e exclusivamente, para o pagamento de determinadas obrigações pecuniárias da Companhia, não podendo ser destinados para quaisquer outros fins, incluindo investimentos (CAPEX) e/ou pagamento de outras dívidas. (h) Cessão Fiduciária. A Flash, por meio do Contrato de Cessão Fiduciária e na melhor forma de direito, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil (conforme definido na Escritura de Emissão), do artigo 66-B da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, dos artigos 18 a 20 da Lei 9.514 (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), da Lei nº 14.711, de 30 de outubro de 2023, conforme alterada, deverá constituir Cessão Fiduciária em favor do Debenturista, em garantia do fiel, integral e pontual pagamento da integralidade das Obrigações Garantidas, da totalidade: (i) Direitos Creditórios – Contratos Alvo Flash; (ii) Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente – Contas; e (iii) dos direitos, presentes e futuros, decorrentes de contas de titularidade da Flash mantidas junto ao Itaú Unibanco S.A. e ao Banco Bradesco S.A., as quais são utilizadas para recebimento do pagamento de quaisquer direitos creditórios de titularidade da Flash, presentes e futuros (não performados), decorrentes dos Contratos Alvo Flash, os quais serão melhores detalhados por meio de aditivo a esta Escritura de Emissão e ao Contrato de Cessão Fiduciária. (i) Garantia Fidejussória e Solidariedade Passiva. A Fiadora, nos termos da Escritura de Emissão, se obrigará, solidariamente com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável perante o Debenturista, como fiadora, co-devedora solidária, principal pagadora e solidariamente (com a Companhia) responsável por todas as Obrigações Garantidas, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil, e dos artigos 130 e 794 do Código de Processo Civil (conforme definido na Escritura de Emissão), pelo pagamento integral das Obrigações Garantidas, nas datas previstas na Escritura de Emissão, independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, ou qualquer outra medida, observado o disposto na Escritura de Emissão ("Fiança"). (ii) Características Garais das Debêntures: (a) Data de Emissão: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela constante da Escritura de Emissão ("Data de Emissão"). (b) Data de Início da Rentabilidade: Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade é a 1ª (primeira) Data de Integralização (conforme abaixo definido) ("Data de Início da Rentabilidade"). (c) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada por: (a) extrato de posição de custódia expedido pela Laqus, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na Laqus; ou (b) o extrato emitido pelo Escriturador, a partir das informações prestadas com base na posição de custódia eletrônica constante da Laqus em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na Laqus. (d) Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia. (e) Espécie: As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, consistindo na Cessão Fiduciária. Adicionalmente, as Debêntures serão garantidas pela Fiança. (f) Prazo e Data de Vencimento: Sem prejuizo da aplicação do Cronograma Alternativo (conforme abaixo definido), o prazo das Debêntures será de 703 (setecentos e três) dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de junho de 2027 ("Data de Vencimento"). (g) Valor Nominal Unitário: As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). (h) Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 10.000 (dez mil) Debêntures. (i) Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), pelo Valor Nominal Unitário, por meio da assinatura do boletim de subscrição das Debêntures, e observado o disposto na Escritura de Emissão. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data de Início da Rentabilidade, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização ("Preço de Integralização"). (j) Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente. (k) Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios pré-fixados correspondentes a 3,3% (três inteiros e três décimos) ao mês, base 30 (trinta) dias ("Remuneração"), incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade (inclusive) ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) impolitatomente ateorior (inclusive) o a data efetiva da pagamento da Pagamento da Capitalização"). imediatamente anterior (inclusive) e a data efetiva de pagamento da Remuneração (exclusive) ("Período de Capitalização"), sendo certo que cada Período de Capitalização o sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. O cálculo da Remuneração será realizado de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, e obedecerá a fórmula prevista na Escritura de Emissão. (I) Pagamento da Remuneração: Sem prejuízo da aplicação do Cronograma Alternativo, e dos pagamentos em decorrência de eventual amortização extraordinária ou resgate antecipado, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga em 22 (vinte e duas) parcelas, iguais e consecutivas, sendo a primeira devida em 26 de setembro tos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga em 22 (vinte e duas) parceias, iguais e consecutivas, sendo a primeira devida em 26 de setembro de 2026 e a última na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). (m) Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário: Sem prejuízo da aplicação do Cronograma Alternativo, e dos pagamentos em decorrência de amortização extraordinária ou resgate antecipado, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em 12 (doze) parcelas, iguais e consecutivas, sendo a primeira devida em 26 de julho de 2026 e a última na Data de Vencimento. (n) Cronograma Alternativo de Pagamento das Debêntures. Sem prejuízo do disposto na Escritura de Emissão, qualquer um do Debenturista, a seu exclusivo critério, poderão, mediante envio de notificação por qualquer um do Debenturista e a qualquer tempo com cópia para o Banco Depositário, obrigar a Companhia a realizar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuseração absultado es esta tambento do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuseração absultado esta tambento do saldo do Valor Rominal Unitário acrescido da Remuseração a local da contrata do Romando do Romando de Romando do Romando d neração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, pela Fiadora e/ou pela Flash nos termos da Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão), no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificaão enviada por qualquer do Debenturista, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios ("Cronograma Alternativo"). Os procedimentos referentes a aplicação do Cronograma Alternativo estão descritos na Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária. (o) Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento, mediante depósito dos valores devidos nas contas de titularidade dos Debêntures a serem por eles indicadas à Companhia. (p) Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida ao Debenturista, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a (independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial): (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 10% (dez por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"). (q) Repactuação. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. (r) Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo total ou parcial das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Companhia será equivalente ao Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, calculado ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso), sem qualquer prê-Antecipado Facultativo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso), sem qualquer premio ou penalidade. Os procedimentos referentes a realização do Resgate Antecipado Facultativo estão descritos na Escritura de Emissão. (s) Amortização Extraordinária Facultativa: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures ("Amortização Extraordinária Facultativa"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa, o valor devido pela Companhia será equivalente à parcela do Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a serem amortizadas, acrescido da Remuneração, calcultado extraordinária parcela do Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário). lada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Facultativa, sem qualquer prêmio ou penalidade. Os procedimentos referentes a realização da Amortização Extraordinária Facultativa estão descritos na Escritura de Emissão. (t) Resgate Antecipado Obrigatório ou Amortização Extraordinária Obrigatória: Não será admitida a realização de resgate antecipado obrigatório ou amortização extraordinária obrigatória. (u) Aquisição Facultativa: Não será admitida a realização de aquisição facultativa das Debêntures. (v) Vencimento Antecipado: O Debenturista poderá, mediante envio de notificação à Companhia e a Laqus, considerar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia e a Laqus, considerar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debentures e exigir o imediato pagamento, peia Companhia e pela Fiadora, e no caso da Flash a excussão da Cessão Fiduciária, dos valores devidos nos termos da Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos na Escritura de Emissão. (x) Desmembramento: Não haverá desmembramento do Valor Nominal Unitário, da Remune-ração e dos demais direitos conferidos ao Debenturista. (y) Demais Termos e Condições: Os demais termos e condições da Emissão e das Debêntures seguirão de acordo com o quanto previsto na Escritura de Emissão. 5.2. Aprovar, em garantia do fiel, integral e pontual pagamento da integralidade das Obrigações Garantidas, constituição, pela Flash, controlada indireta da Companhia, da Cessão Fiduciária sobre sobre a totalidade: (a) dos Direitos Creditórios – Contratos Alvo Flash; (b) Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente – Contas; (c) dos direitos, presentes e futuros, decorrentes de contas de titularidade da Flash mantidas junto ao Itaú Unibanco S.A. e ao Banco Bradesco S.A., as quais são utilizadas para recebimento do pagamento de quaisquer direitos creditórios de titularidade da Flash, presentes e futuros (não performados), decorrentes dos Contratos Alvo Flash, os quais serão melhores detalhados por meio de aditivo a Escritura de Emissão e ao Contrato de Cessão Fiduciária 5.3. Aprovar a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumenpor meio de aditivo a Escritura de Emissão e ao Contrato de Cessão Fiduciária. 5.3. Aprovar a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à Emissão e à constituição da Cessão Fiduciária, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes instrumentos e seus eventuais aditamentos que se façam necessários: (i) a Escritura de Emissão; (ii) o Contrato de Cessão Fiduciária; (iii) o Contrato de Banco Depositário; e (iv) o Contrato de Agente de Controle . 5.4. Autorizar à diretoria da Companhia, pór si ou por meio de procuradores, pára adotar todas e quaisquer medidas, é celebrar todos os do-cumentos necessários à Emissão e à outorga, pela Flash, da Cessão Fiduciária, incluindo, incluindo, sem limitação, a contratação de assessores legais, do Agente de Controle, do Banco Depositário e dos demais prestadores de serviços, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e fixar-lhes os honorários, bem como o pagamento de custos, despesas e comissões relacionados à Emissão, inclusive aquelas devidas ao Debenturista e prestadores de serviços contratados para os fins da Emissão. 6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Conselheiros presentes: (a) Eric Macchione Monteiro da Fonseca; (b) Guilherme Rodrigues Alves Juliani; (c) Marcelo Sanchez Martins; (d) Marcelo Adilson Tavarone Torresi e (e) Armando Marchesan Neto. Barueri/SP, 26 de agosto de 2025. Eric Macchione Monteiro da Fonseca - Presidente; Larissa Kastelic - Secretária.

#### **ELETRON POWER GD I S.A**

CNPJ nº 49.590.822/0001-69 - NIRE 35.300.610.563 ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2025 1. DATA, HORA E LOCAL: realizada no dia 15 de setembro de 2025, às 9:00 horas, de forma inteiramente digital, os "Contratos de Garantia"); (v) aprovação de outorga de todas as procurações irrevogáveis e irretratáveis aplicános termos da Instrução Normativa do DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN 81"). A ata desta assembleia foi asveis no âmbito da Emissão e dos Contratos de Garantia pela Companhia e pelas Garantidoras com prazo vinculado sinada pela acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da ELETRON POWER GD I S.A. ("<u>Companhia</u>"), por meio da plataforma digital Docusign. <u>2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA</u>: convocação dispensada tendo em vista a presença da acionista representante da totalidade do capital social votante da Companhia, nos termos das Debêntures ("Debenturistas"), com poderes para praticar isoladamente os atos nela descritos em nome das do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76 ("<u>Lei das S.A.</u>"), conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Pre-sença de Acionistas da Companhia. **3. MESA**: <u>Presidente</u>: André Cavalcanti Rosa e Silva; <u>Secretário</u>: Lucas Marchiori Pereira. (a) ORDEM DO DIA: deliberar sobre: (i) a realização, pela Companhia, da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (duas) séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, no valor de R\$ 105.000.000,00 (cento e cinco milhões de reais) ("<u>Emissão</u>"), sendo (a) 72.000 (setenta e dois mil) de debêntures da primeira série ("Debêntures Incentivadas"); e (b) 33.000 (l'intia e três mil) de debêntures da segunda série ("<u>Debêntures Institucionais"</u>, e quando em conjunto com as De-bêntures Incentivadas, as "<u>Debêntures</u>"), que serão objeto de distribuição pública, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("<u>CVM</u>") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, ("<u>Resolução CVM</u> 160"), do artigo 2º, parágrafo 1º-B, da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("<u>Lei 12.431</u>"), e das demais disposições legais aplicáveis ("<u>Oferta</u>") e do "*Instrumento Particular de Escritura da 1º (primeira*) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2(duas) séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejusci, na para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático de Distribuição, destinada a investidores profissionais, da Elétron Power GD I S.A.", a ser celebrada pela Elétron Power GD, pela Vórtx Distri-buidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPI sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário ("<u>Agente Fiduciário</u>") e pela Companhia ("<u>Escritura de</u> Emissão"); (ii) aprovar a prestação pela Companhia, de alienação fiduciária da totalidade das quotas de titularidade da Companhia, sob condição suspensiva, nas seguintes subsidiárias (em conjunto, "SPEs"): (a) UFV Pernambu-co I Geração de Energia Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Carnaíba, Estado de Pernambuco, na Ro-dovia PE-320, s/n, Sítio Poço Grande, Unidade I, Zona Rural, CEP 56820-000, inscrita no CNPJ sob nº 35.263.648/0001-35 ("<u>Pernambuco I</u>"); (b) **UFV Pernambuco II** G**eração de Energia Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Carnaíba, Estado de Pernambuco, na Rodovia PE-320, s/n, Sítio Poço Grande, Unidade II, Zona Rural, CEP 56820-000, inscrita no CNPJ sob nº 36.125.146/0001-00 ("Pernambuco II"); (c) UFV Pernambuco III Geração de Energia Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Carnaiba, Estado de Pernambuco, na Ro-dovia PE-320, s/n, Sítio Poço Grande, Unidade III, Zona Rural, CEP 56820-000, inscrita no CNPJ sob nº 36.014.335/0001-06 ("Pernambuco III"); (d) UFV Pernambuco IV Geração de Energia Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Carnaíba, Estado de Pernambuco, na Rodovia PE-320, s/n, Sítio Poço Grande, Unidade IV, Zona Rural, CEP 56820-000, inscrita no CNPJ sob nº 35.267.207/0001-01 (<u>"Pernambuco IV"</u>); (e) **UFV Pernambu**co V Geração de Energia Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Carnaíba, Estado de Pernambuco, na Rodovia PE-320, s/n, Sítio Poço Grande, Unidade V, Zona Rural, CEP 56820-000, inscrita no CNPJ sob nº 36.223.240/0001-00 ("<u>Pernambuco V</u>"); (f) **UFV Pernambuco VI Geração de Energia Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Carnaíba, Estado de Pernambuco, na Rodovia PE-320, s/n, Sítio Poço Grande, Unidade VI, Zona Rural, CEP 56820-000, inscrita no CNPI sob nº 35.263.651/0001-59 ("Pernambuco VI"); (g) UFV Pernambuco VII Geração de Energia Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Carnaíba, Estado de Pernambuco, na Rodovia PE-320, s/n, Sítio Poço Grande, Unidade VII, Zona Rural, CEP 56820-000, inscrita no CNPJ sob nº 35.282.555/0001-58 ("<u>Pernambuco VII</u>"); (h) **UFV Pernambuco VIII Geração de Energia Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Carnaíba, Estado de Pernambuco, na Rodovia PE-320, s/n, Sítio Poço Grande, Unidade VIII, Zona Rural, CEP 56820-000, inscrita no CNPJ sob o nº 35.234.692/0001-17 ("Pernambuco VIII"), (i) UFV Pernambuco IX Geração de Energia Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Carnaíba, Estado de Pernambu-co, na Rodovia PE-320, s/n, Sítio Poço Grande, Unidade IX, Zona Rural, CEP 56820-000, inscrita no CNPJ sob nº 35.230.490/0001-05 ("Pernambuco IX"), (i) UFV Pernambuco X Geração de Energia Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Carnaiba, Estado de Pernambuco, na Rodovia PE-320, s/n, Sítio Poço Grande, Unidade X, Zona Rural, CEP 56820-000, inscrita no CNPJ sob nº 35.264.170/0001-68 ("<u>Pernambuco X</u>"); (k) **UFV Flores I Gera**cão de Energia Elétrica Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Flores. Estado de Pernambuco, no Sítio Cabeça Dantas, Unidade I, Zona Rural, CEP 56850-000, inscrita no CNPI sob nº 35.368.012/0001-58 ("Flores I"); (I)

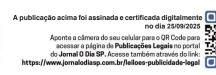
UFV Flores II Geração de Energia Elétrica Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Flores, Estado de Pernambuco, no Sítio Cabeça Dantas, Unidade II, Zona Rural, CEP 56850-000, inscrita no CNPI sob nº 35.382.726/0001-10 ("<u>Flores II</u>"); (m) **UFV Flores III Geração de Energia Elétrica Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Flores, Estado de Pernambuco, no Sítio Cabeça Dantas, Unidade III, Zona Rural, CEP 56850-000, inscrita no CNPJ sob nº 35.381.396/0001-49 ("<u>Flores III</u>"); (n) **UFV Flores IV Geração de Energia Elétrica Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Flores, Estado de Pernambuco, no Sítio Cabeça Dantas, Unidade IV, Zona Rural, CEP 56850-000, inscrita no CNPJ sob nº 35.382.395/0001-19 ("<u>Flores IV</u>"); (o) **UFV Flores V Geração de Energia Elétrica Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Flores, Estado de Pernambuco, no Sítio Cabeça Dantas, Unidade II, Zona Rural, CEP 56850-000, inscrita no CNPJ sob nº 35.397.646/0001-39 ("Flores V"); (p) UFV Flores VI Geração de Energia Elétrica Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Flores, Estado de Pernambuco, no Sítio Cabeça Dantas, Unidade VI, Zona Rural, CEP 56850-000, inscrita no CNPJ sob nº 39.621.142/0001-01 ("<u>Flores VI</u>"); (q) **UFV** Flores VII Geração de Energia Elétrica Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Flores, Estado de Pernambuco, no Sítio Cabeça Dantas, Unidade VII, Zona Rural, CEP 56850-000, inscrita no CNPJ sob nº 36.055.400/0001 41 ("Flores VII"); (r) UFV Flores VIII Geração de Energia Elétrica Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Flores, Estado de Pernambuco, no Sítio Cabeça Dantas, Unidade VIII, Zona Rural, CEP 56850-000, inscrita no CNPJ sob nº 39.891.838/0001-58 (<u>"Flores VIII"</u>); (s) **UFV Pajeú Geração de Energia SPE Ltda.**, sociedade limitada com propósito específico, com sede na Cidade de Flores, Estado de Pernambuco, na Fazenda Santa Clara, s/n, Zona Rural, CEP 56850-000, inscrita no CNPJ sob nº 31.722.899/0001-80 ("Pajeú I"); (t) **UFV Pajeú II Geração de Energia** SPE Ltda., sociedade limitada com propósito específico, com sede na Cidade de Flores, Estado de Pernambuco, na Fazenda Santa Clara, s/n, Unidade III, Zona Rural, CEP 56850-000, inscrita no CNPJ sob nº 38.262.273/0001-87 ("<u>Pajeú II</u>"); (u) **UFV Pajeú III Geração de Energia SPE Ltda.**, sociedade limitada com propósito específico, com sede na Cidade de Flores, Estado de Pernambuco, na Fazenda Santa Clara, s/n, Zona Rural, CEP 56850-000, inscrita no CNPJ sob nº 38.262.154/0001-24 ("<u>Pajeú III</u>"); (v) **UFV Vale Formoso IV Geração de Energia Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Estada no Vale Formoso, Fazenda Vale Formoso, so, s/n, km 8, Zona Rural, CEP 37443-000, inscrita no CNPJ sob o nº 32.663.356/001-00 ("<u>Vale Formoso IV</u>"); (w) **UFV Rosa e Silva Geração de Energia Elétrica Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Carnaíba, Estado de Pernambuco, na Rodovia PE-320, s/n, Sítio Poço Grande, Zona Rural, CEP 56820-000, inscrita no CNPJ sob o nº 33.201.640/0001-19 ("<u>Rosa e Silva</u>"); (x) **UFV Nossa Senhora das Graças Geração de Energia Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Carnaíba, Estado de Pernambuco, na Rodovia PE-320, s/n, Sítio Poço Grande, Zona Rural, CEP 56820-000, inscrita no CNPJ sob o nº 32.612.810/0001-95 ("Nossa Senhora"), (w) UFV FREVO 11 ENERGIA LTDA, sociedade empresária limitada com sede no município de Ibimirim, Estado de Pernambuco, na Rodovia Fazenda Santa Luzia, S/n, CEP 56580-000, inscrita no CNPJ sob o nº 46.336.911/0001-95 ("Frevo XI"); (y) UFV FREVO 12 ENERGIA LTDA, sociedade empresária limitada com sede no município de Ibimirim, Estado de Pernambuco, na Rodovia Fazenda Santa Luzia, S/n, CEP 56580-000, inscrita no CNPJ sob o nº 46.338.201/0001-02 ("Frevo XII"); (yz) UFV TAPAJOS 1 ENERGIA LTDA, sociedade empresária limitada com sede no município de Tracuateua, Estado do Pará, nano Rodovia BR 308, S/N, CEP 68647-000, inscrita no CNPJ sob o nº 44.552.424/0001-34 (<u>"Tapajos I</u>"); (aa) **UFV TAPAJOS 2 ENERGIA LTDA**, sociedade empresária limitada com sede no município de Tracuateua, Estado do Pará, nano Rodovia BR 308, S/N, CEP 68647-000, inscrita no CNPJ sob o nº 44.564.564/0001-22 (<u>"Tapajos Inscrita No CNPJ Sob o nº 44.564.564/0001-22 ("Tapajos Inscrita No CNPJ Sob o nº 44.564.564/0001-24 ("Tapajos Inscrita </u> <u>ll</u>"); (bb) **UFV TAPAJOS 3 ENERGIA LTDA**, sociedade empresária limitada com sede no município de Tracuateua, Estado do Pará, nano Rodovia BR 308, S/N, CEP 68647-000, inscrita no CNPJ sob o nº 44.564.587/0001-37 ("<u>Tapajos ll</u>"); (cc) **UFV TAPAJOS 4 ENERGIA LTDA**, sociedade empresária limitada com sede no município de Tracuateua, Esiii nucleará, nano Rodovia BR 308, S/N, CEP 68647-000, inscrita no CNPJ sob o nº 44.563.909/0001-23 ("<u>Tapajos IV</u>"); (dd) **UFV TAPAJOS 5 ENERGIA LTDA**, sociedade empresária limitada com sede no município de Tracuateua, Estado do Pará, nano Rodovia BR 308, S/N, CEP 68647-000, inscrita no CNPJ sob o nº 44.563.907/0001-34 ("<u>Tapajos</u> Y"); (ee) LFV FREVO 14 ENERGIA LTDA, sociedade empresária limitada com sede no município de Ibimirim, Estado de Pernambuco, na Rodovia Fazenda Santa Luzia, S/n, CEP 56580-000, inscrita no CNPJ sob o nº 46.337.118/0001-W"); (e) UFV PREVO 15 ENERGÍA LIDIA, sociedade empresária limitada com sede no município de Ibimirim, Estado de Pernambuco, na Rodovia Fazenda Santa Luzia, S/n, CEP 56580-000, inscrita no CNPI sob o nº 46.349.539/0001-51 ("Frevo XV"); (gg) UFV NOTARO PE 1 ENERGÍA LIDIA, sociedade empresária limitada com sede no município de Pernambuco, na Rodovia Fazenda Santa Luzia, S/n, CEP 56580-000, inscrita no sede no município de Pernambuco, na Rodovia Fazenda Santa Luzia, S/n, CEP 56580-000, inscrita no sede no município de Pernambuco, na Fazenda Campo Alegre S/N, CEP 55.650-000, inscrita no sede no município de Passira, Estado do Pernambuco, na Fazenda Campo Alegre S/N, CEP 55.650-000, inscrita no sede no município de Passira, Estado do Pernambuco, na Fazenda Campo Alegre S/N, CEP 55.650-000, inscrita no sede no município de Passira, Estado do Pernambuco, na Fazenda Campo Alegre S/N, CEP 55.650-000, inscrita no sede no município de Passira, Estado do Pernambuco, na Fazenda Campo Alegre S/N, CEP 55.650-000, inscrita no sede no município de Passira, Estado do Pernambuco, na Fazenda Campo Alegre S/N, CEP 55.650-000, inscrita no sede no município de Passira, Estado do Pernambuco, na Fazenda Campo Alegre S/N, CEP 55.650-000, inscrita no sede no município de Passira, estado do Pernambuco, na Fazenda Campo Alegre S/N, CEP 55.650-000, inscrita no sede no município de Passira, estado do Pernambuco, na Fazenda Campo Alegre S/N, CEP 55.650-000, inscrita no sede no município de Passira, estado do Pernambuco, na Fazenda Campo Alegre S/N, CEP 55.650-000, inscrita no de Passira, estado do Pernambuco, na Fazenda Campo Alegre S/N, CEP 55.650-000, inscrita no de Passira, estado do Passira, estado do Pernambuco, na Fazenda Campo Alegre S/N, CEP 55.650-000, inscrita no de Passira, estado do Passira, estado do Pernambuco, na Pasta de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série, em conjunto com a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, em conjunto com a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios DENTE 2 ENERGIA LTDA. sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas, na Rodovia BR-174, s/n, Imóvel Uatumã, Lote 52, Gleba 02, Zona Rural, CEP 69735-000 inscrita no CNP1 total das Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira S sob o nº 46.338.203/0001-93; (jj) UFV PRESIDENTE 3 ENERGIA LTDA. sociedade empresária limitada com sede na desde que se observem: (i) o prazo médio ponderado dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão das Cidade de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas, na Rodovia BR-174, s/n, Imóvel Uatumã, Lote 52, Gleba 02, Debêntures da Primeira Série e a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primei 47.676.431/0001-36; (kk) UFV PRESIDENTE 4 ENERGIA LTDA sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas, na Rodovia ou regulamentação aplicáveis; e (ii) a Emissora esteja adimplente com suas obrigações nos termos desta Escritura BR-174, s/n, Imóvel Uatumã, Lote 52, Gleba 02, Zona Rural, CEP 69735-000 inscrita no CNPJ sob o nº de Emissão ("<u>Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série</u>"). O prazo médio ponderado 47.675.362/0001-46; (II) **UFV PRESIDENTE 5 ENERGIA LTDA.** sociedade empresária limitada com sede na Cidade mencionado acima será calculado quando da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures de Primeira Série"). O prazo médio ponderado de Primeira Série, nos termos de Resolução CMN 5.034, ou de outra forma, desde que venha a ser legalmente per-Rural, CEP 69735-000 inscrita no CNPJ sob o nº 47.659.176/0001-13; (mm) UFV PRESIDENTE 6 ENERGIA LTDA. so-ciedade empresária limitada com sede na Cidade de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas, na Rodovia BR-174, s/n, Imóvel Uatumã, Lote 52, Gleba 02, Zona Rural, CEP 69735-000 inscrita no CNPJ sob o nº 48.048.087/0001-01 ; (nn) UFV BALSAS I ENERGÍA LTDA, sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Balsas, Estado do Maranhão, na BR-230, s/n, Km 415, anexo Fazenda Notaro Alimentos, Zona Rural, CEP 65.800-000, inscrita no CNPI sob o nº 44.430.991/0001-18 (oo) **UFV PROPRIA 1 ENERGIA LTDA.** sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Cedro de São João, Estado de Sergipe, Rodovia BR-101, Km 7-Sul, s/n – unidade 1, Zona Rural, CEP 49930-000, inscrita no CNPJ sob o nº 44.509.691/0001-29; (pp) **UFV PIRACURUCA 1 ENERGIA LTDA.** sociedade empresária limitada com sede no Sítio Chapadão Mato Verde, s/n, Anexo unidade 1, Zona Rural, Cidade de Piracuruca, Estado do Piauí, CEP 64.240-000, inscrita no CNPI sob o nº 44.431.206/0001-41 ("Piracruca 1"); (qq) UFV PIRA-CURUCA 2 ENERGIA LTDA. sociedade empresária limitada com sede no Sítio Chapadão Mato Verde, s/n, Anexo unidade 2. Zona Rural. Cidade de Piracuruca. Estado do Piauí. CEP 64.240-000. . inscrita no CNPJ sob o nº 45.153.659/0001-16 ("Piracuruca 2"); (rr) UFV PIRACURUCA 3 ENERGIA LTDA. sociedade empresária limitada com sede no Sítio Chapadão Mato Verde, s/n, Anexo unidade 3, Zona Rural, Cidade de Piracuruca, Estado do Piauí, CEP 64.240-000, , inscrita no CNPJ sob o nº 46.198.533/0001-20 ("Piracuruca 3"); (ss) UFV PIRACURUCA 4 ENERGIA TITDA. sociedade empresária limitada com sede no Sítio Chapadão Mato Verde, s/n, Anso unidade 4, Zona Rural, Cidade de Piracuruca, Estado do Piauí, CEP 64.240-000, , inscrita no CNPJ sob o nº 44.551.666/0001-03 ("Piracuruca 4"); (tt) UFV PIRACURUCA 5 ENERGIA LTDA. sociedade empresária limitada com sede no Sítio Chapadão Mato Verde, s/n, Anexo unidade 5, Zona Rural, Cidade de Piracuruca, Estado do Piauí, CEP 64.240-000, , inscrita no CNPJ sob o nº 46.347.238/0001-99 ("Piracuruca 5"); (uu) **UFV PIRACURUCA 6 ENERGIA LTDA.** sociedade empresária limitada com sede no Sítio Chapadão Mato Verde, s/n, Anexo unidade 6, Zona Rural, Cidade de Piracuruca, Estado do Piauí, CEP 64.240-000, , inscrita no CNPJ sob o nº 48.039.380/0001-02 ("Piracuruca 6"); (w) UFV PIRACURUCA
7 ENERGIA LTDA. sociedade empresária limitada com sede no Sítio Chapadão Mato Verde, s/n, Anexo unidade 7, Zona Rural, Cidade de Piracuruca, Estado do Piauí, CEP 64.240-000, , inscrita no CNPJ sob o nº 48.035.320/0001-03 ("Piracuruca 7"); (xx) UFV PIRACURUCA 8 ENERGIA LTDA. sociedade empresária limitada com sede no Sítio Chapadão Mato Verde, s/n, Anexo unidade 8, Zona Rural, Cidade de Piracuruca, Estado do Piauí, CEP 64.240-000, , inscrita no CNPJ sob o nº 48.433.030/0001-18 ("Piracuruca 8"); (ww) UFV PIRACURUCA 9 ENERGIA LTDA. sociedade empresária limitada com sede no Sítio Chapadão Mato Verde, s/n, Anexo unidade 9, Zona Rural, Cidade de Piracu-ruca, Estado do Piauí, CEP 64.240-000, , inscrita no CNPJ sob o nº 48.038.745/0001-76 ("Piracuruca 9"), detidas por ela, bem como quaisquer outras quotas representativas do capital social das referidas sociedades, conforme o caso, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo detidas pela Elétron Power GD, e demais bens e direitos (<u>"Alienação Fiduciária das Quotas"</u>), de acordo com os termos e condições do *"Instrumento Particular de* Constituição de Garantia de Alienação Fiduciária de Ações e Quotas e Outras Avenças Sob Condição Suspensiva" ("<u>Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Quotas"</u>); (iii) aprovar a prestação de alienação fiduciária, outorgada pelas SPEs, sobre a totalidade das máquinas e equipamentos de titularidade das SPEs relacionados aos respectivos Projetos, conforme definido, descrito e detalhado nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos em Garantia e Outras Avenças" a ser celebrado entre as SPEs e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos" e "Alienação Fiduciária de Equipamentos", respectivamente) e; (iv) autorizar a Companhia, as SPEs, a UFV ENERCRED PE 1 ENERGIA LTDA, sociedade empresária limitada com sede no município de Ibimirim, Estado de Pernambuco, na Rodovia Fazenda Santa Luzia, S/n, CEP 56580-000, inscrita no CNPJ sob o nº 45.573.168/0001-24 ("Enercred I"), a **UFV FREVO 6 ENERGIA LTDA**, sociedade empresária limitada com sede no município de Ibimirim, Estado de Pernambuco, na Rodovia Fazenda Santa Luzia, S/n, CEP 56580-000, inscrita no CNPJ sob o nº 46.292.567/0001-80 ("<u>Frevo VI</u>"); a **UFV FREVO 7 ENERGIA LTDA**, sociedade empresária limitada com sede no município de Ibimirim, Estado de Pernambuco, na Rodovia Fazenda Santa Luzia, S/n, CEP 56580-000, inscrita no CNPJ sob o nº 46.200.653/0001-15 ("Frevo VII"); a UFV FREVO 8 ENER-GIA LTDA, sociedade empresária limitada com sede no município de Ibimirim, Estado de Pernambuco, na Rodovia Fazenda Santa Luzia, S/n, CEP 56580-000, inscrita no CNPJ sob o nº 46.237.887/0001-37 ("Frevo VIII"); a **UFV FRE**-VO 9 ENERGIA LTDA, sociedade empresária limitada com sede no município de bimirim, Estado de Pernambuco, na Rodovia Fazenda Santa Luzia, S/n, CEP 56580-000, inscrita no CNPJ sob o nº 45.707.464/0001-70 ("<u>Frevo IX</u>"); e a **UFV FREVO 10 ENERGIA LTDA**, sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Passira, Estado de Pernam-

nº 45.701.728/0001-89 ("Frevo X" e, em conjunto com a Companhia, as SPEs, Enercred I, Frevo VI, Frevo VII, Frevo VIII e Frevo IX as "Garantidoras"), a outorgar cessão fiduciária da totalidade dos direitos e créditos, detidos e a

referidas sociedades e das contas vinculadas de titularidade das referidas sociedades, nas quais serão depositados pelas contrapartes dos contratos identificados no "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditó-

ao cumprimento integral de todas as obrigações assumidas por cada Garantidora respectivamente no âmbito da Emissão e dos Contratos de Garantia ("<u>Procurações</u>") em favor do Agente Fiduciário, representante dos titulares Garantidoras, conforme aplicável; (vi) ratificação à Diretoria e demais representantes legais da Companhia para to-dos os atos praticados e adoção de todas as medidas necessárias e/ou convenientes para a formalização da Emissão; e (vii) autorizar e ordenar a Diretoria da Companhia e de suas subsidiárias diretas e/ou indiretas a praticar todos os atos necessários para outorga das garantias acima mencionadas, bem como todos os instrumentos necessários para a efetivação da deliberações aprovadas acima, incluindo seus eventuais aditamentos e os termos dos Contratos de Garantia. 4. DELIBERAÇÕES: a única acionista autorizara a lavratura da Ata desta Assembleia na forma de sumário, nos termos do art. 130, §19, da Lei das S.A. e, sem reservas, deliberará o quanto segue: 4.1. Aprovar a Emissão, nos termos da Resolução CVM 160 e da Escritura de Emissão, com as seguintes características gerais: (a) Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R\$105.000.000,00 (cento cinco milhões de reais), na Data de Emissão; **(b) Número de Séries:** A Emissão será realizada em 2 (duas) séries; **(c) Quantidade de De-bêntures:** Serão emitidas 105.000 (cento e cinco mill) Debêntures; **(d) Destinação de Recursos: (i)** Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º e 1º-B, da Lei 12.431, conforme alterada pela Lei 14.801, de 9 de janeiro de 2024 ("Lei 14.801"), e do Decreto 11.964, os recursos obtidos pela Emissora com a Emissão das Debêntures Incentivadas se-rão integral e exclusivamente utilizados para fins de pagamento futuro e/ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas passíveis de reembolso, relacionados aos respectivos Projetos, observado que tais gastos, despesas ou dívidas passíveis de reembolso tenham ocorrido em prazo igual ou inferior a 36 (trinta e seis) meses contados do Anúncio de Encerramento, conforme previsto no artigo 13 da Lei 14.801, conforme detalhados no Anexo II à esta Escritura de Emissão (em conjunto, os "Projetos"); e (ii) a totalidade dos recursos captados pela Emissora por meio da emissão das Debêntures Institucionais será destinada para a gestão ordinária dos negócios da Emissora; (e) Data de Emissão: 15 de outubro de 2025; (f) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, e, para todos os fins de direito, a titularidade delas será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com rela-ção às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta(s) extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures; (g) Espécie e Convolação: As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, nos termos do artigo 58, caput da Lei das Sociedades por Ações; (h) Prazo e Data de Vencimento: Observado o disposto na Es critura de Emissão, e ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debên tures, Resgate Antecipado Facultativo Total e/ou Amortização Extraordinária Parcial, () o prazo de vencimento das Debêntures da Primeira Série será de 15 (quinze) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2040 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"); e (ii) o prazo de vencimento das Debêntures da Segunda Série será de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2035 ("<u>Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série</u>" e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, a "Data de Vencimento das Debêntures").; (i) Valor Nominal Unitário As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("<u>Valor Nominal Unitário"</u>); (j) Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das De-bêntures da Primeira Série será amortizado em 29 (vinte e nove) parcelas semestrais consecutivas devidas sempre no dia 15 (quinze) dos meses de abril e outubro, sendo que a primeira parcela será devida em 15 de outubro de 2026, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures da Primeira Série, de acordo com as datas indicadas na nas datas indicadas na Escritura de Emissão, e o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 19 (dezenove) devidas sempre no dia 15 (quinze) dos meses de abril e outubro, sendo que a primeira parcela será devida em 15 de outubro de 2026, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures da Segunda Série, de acordo com as datas indicadas na Escritura de Emissão (cada uma, uma "Data de Amortização das Debên tures" e em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures "<u>Data de Pagamento</u>"); **(k) Preço de**Subscrição e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição (cada uma, uma "Data de Integralização"), a partir da data de início de distribuição, conforme informada no anúncio de início de distribuição, a ser divulgados nos termos da Escritura de Emis-são, durante o período de distribuição das Debêntures previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160 e de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Na Data de Início da Rentabilidade, as Debêntures serão integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário e, caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e pos terior à Data de Início da Rentabilidade, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme definido abaixo) acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização ("<u>Preço de Subscrição</u>"). (<u>I) **Atualização Monetária.**O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso,</u> será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE, desde a Data de Início da Rentabilidade até a data do efetivo pagamento ("<u>Atualização Monetária"</u>), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), conforme fórmula definida na Escritura de Emissão; (m) **Remuneração**: Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso), incidirão juros correspondentes a determinado porcentual ao ano, a serem definidos de acordo com o Pro cedimento de Bookbuilding, sendo que o intervalo a ser utilizado no Procedimento de Bookbuilding dependerá da classificação de risco (rating) preliminar atribuída às Debêntures pela Agência de Classificação de Risco, de acordo com os parâmetros estabelecidos na Escritura de Emissão. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso), incidirão juros correspondentes a determinado porcentual ao ano, a serem definidos de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, e que serão limitados à maior taxa entre : (i) 11,40% (onze inteiros e quarenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (ii) a taxa interna de re-torno do Título Público Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B), com vencimento em 15 de agosto de 2030, a ser apurada conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), a ser apurada no fechamento do Dia Útil da data de realização do Procedimento de Bookbuilding, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa equivalente a 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios da Segunda Série", e em conjunto com os Juros remuneratórios da Primeira Série os "Juros Remuneratórios"), incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento dos Juros Re muneratórios da Segunda Série (conforme definida na Escritura de Emissão) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. O cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série obedecerá à fórmu-la definida da Escritura de Emissão. ; (n) Pagamento da Remuneração: Ressalvadas as hipóteses de resgate ante-cipado total das Debêntures da Primeira Série em decorrência de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido na Escritura de Emissão), Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido na Escritura de Emissão) e/ ou de liquidação antecipada em razão do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série, os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série serão pagos semestralmente, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de abril de 2026, e os demais pagamentos ocorrerão sucessivamente, no dia 15 (quinze) dos meses de abril e outubro de cada ano até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série"), e, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado total das Debêntures da Segunda Série em decorrência de Ofer-ta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido na Escritura de Emissão) e/ou de liquidação antecipada em razão do vencimento antecipado das obrigações decor-Escritor de Elimanoso / e/ou de indundação intectipado en fazar do reficiente da Septimbro das Obelêntures da Segunda Série, os Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série serão pagos semestralmente, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de abril de 2026, e os demais pagamentos ocorrerão mitido e devidamente regulamentado pelo CMN, nos termos da Lei 12.431, (q) Local de Pagamento: Os pagamen-tos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (iii) os procedimentos adotados pelo Escriturador para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento; (r) Encargos Moratórios Sem prejuízo da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) raulta convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por centol); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sendo certo que ambos deverão ser calculados sobre o montante devido e não pago ("<u>Encargos Moratórios</u>"); (s) Repactuação: Não haverá repactuação programada; (t) Aquisição Facultativa: A Elétron Power GD poderá, (i) com relação às Debêntures da Primeira Série, após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de outubro de 2027 (inclusive), ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação e regulamentação aplicáveis e observado disposto no inciso II do parágrafo 1º do artigo 1º da Lei 12.431, na Resolução CVM 160, bem como no artigo 55, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 77"), e demais regulamentações aplicáveis da CVM; e/ou (ii) com relação às Debêntures da Segunda Série, observado disposto na Resolução CVM 160, bem como no artigo 55, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 77"), e demais regulamentações aplicáveis da CVM, adquirir as Debêntures, no mercado secundário condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário Atualizado, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário Atualizado, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos desta Cláusula poderão, a critério da Emissora e desde que observada a regu-lamentação aplicável em vigor: (i) com relação às Debêntures da Primeira Série, desde que legalmente permitido pela regulamentação aplicável, ser canceladas, observado o disposto no artigo 1°, parágrafo 1°, inciso II, da Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável; (iii) permanecer na tesouraria da Emissora ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Resolução CVM 160. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos valores de Atualização Monetária e Juros Remuneratórios das demais Debêntures, conforme aplicável.; **(u) Vencimento Antecipado**: Na ocorrência de qualquer vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Elétron Power GD se obriga a pagar a totalidade das Debêntures, mediante o pagamento do respectivo Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, incidentes até a data do seu efetivo pagamento, bem como dos Encargos Moratórios e multas, se houver, e das demais obrigações pe-cuniárias previstas nesta Escritura de Emissão; **(v) Garantias**: as Debêntures terão as seguintes garantias (i) <u>Aliena-</u> ção Fiduciária de Ações da Emissora: Alienação Fiduciária de Ações nos termos e condições do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora"; (ii) <u>Alienação Fiduciária de Quotas das SPEs</u>: Alienação Fiduciária de Quotas nos termos e condições do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas; e (iii) <u>Alienação Fiduciária de Máquinas e</u> Equipamentos: Alienação Fiduciária de Equipamentos nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos; (<u>v</u>) <u>Cessão Fiduciária</u>: Cessão Fiduciária nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; (<u>v</u>) <u>Garantia Fide</u> <u>jussória</u>: Fiança nos termos da Escritura de Emissão (<u>x</u>) <u>Outras Características</u>: as demais características das Debêntures estarão descritas na Escritura de Emissão; 4.2. Aprovar a Alienação Fiduciária de Quotas, de acordo com os termos e condições do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Quotas; 4.3. Aprovar a outorga pelas Garantidoras e pela Companhia da Cessão Fiduciária nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; 4.4. Aprovar a outor ga das Procurações pela Companhia e pelas Garantidoras; 4.5. Ratificação à Diretoria e demais representantes le gais da Companhia para todos os atos praticados e adoção de todas as medidas necessárias e/ou convenientes para a formalização da Emissão; 4.6. Autorizar e ordenar a Diretoria da Companhia e de suas subsidiárias diretas buco, Fazenda Campo Alegre, Rodovia PE-95, s/n – unidade 10, Zona Rural, CEP 55660-000 inscrita no CNPJ sob o e/ou indiretas a praticar todos os atos necessários para outorga das garantias acima mencionadas, bem como to dos os instrumentos necessários para a efetivação das deliberações aprovadas acima, incluindo seus eventuais aditamentos e os termos dos Contratos de Garantia; e 4.7. Autorizar os diretores e/ou os procuradores da Companhia serem detidos pelas Garantidoras e/ou pela Companhia oriundos de determinados contratos de uma ou mais das a representá-la na prática de todo e qualquer ato, bem como na assinatura de todo e qualquer documento necessário à implementação das deliberações acima. <u>5. ENCERRAMENTO</u>: nada mais havendo a tratar, a presente Ata foi lavrada, lida, aprovada e assinada pelos presentes. <u>6. ASSINATURAS</u>: Mesa: Presidente: André Cavalcanti Rosa rios em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária" e "Contas Vinculadas", respectivamente) de e Silva; Secretário: Lucas Marchiori Pereira. Acionista presente: Eletron Power Geração e Comercializadora de acordo com os termos e condições do Contrato de Cessão Fiduciária (sendo o Contrato de Cessão Fiduciária, Con-trato de Alienação Fiduciária de Equipamentos, Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Quotas, em conjunto,

por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. ps://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 57E2-3866-D8E2-FAD6



#### **VOLTSWATTS HOLDING S.A.**

CNPJ nº 32.653.365/0001-01 - NIRE 35.300.531.027 ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2025

1. Data, Hora e Local: No dia 15 de setembro de 2025, às 10 horas, por meio de comunicação remota, conforme quais serão depositados pelas contrapartes dos contratos identificados no "Instrumento Particular de Cessão Fiduprevisto no Artigo 14, §2º do Estatuto Social da VOLTSWATTS HOLDING S.A. ("Companhia"), sendo que a ata desciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária" e "Contas Vinculata reunião e sua versão livro foram assinadas eletronicamente por meio da plataforma digital. 2. Convocação e das", respectivamente) de acordo com os termos e condições do Instrumento de Cessão Fiduciária (sendo o Instruras lançadas no Livro de Atas do Conselho de Administração, sendo dispensadas as formalidades aplicáveis à convocação da reunião. 3. Mesa: <u>Presidente</u>: Sr. André Cavalcanti Rosa e Silva; <u>Secretário</u>: Sr. Lucas Marchiori Pereira; (a) Ordem do Dia: Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) autorizar a 1 ª Emissão de Debêntures Simples, Não onversíveis em Ações, em 2 (duas) séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública da sua investida **ELÉTRON POWER GD I S.A.**, sociedade por ações sem registro de com-panhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("<u>CVM</u>"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cardoso de Melo, 626, conjunto 705, sala 1, Vila Olimpia, CEP 04548-003, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (<u>"CNP</u>") sob o nº 49.590.822/0001-69, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (<u>"IUCESP"</u>) sob o NIRE 35.300.610.563 (<u>"Elétron Power GD"</u> ou "Emissora"), na data de emissão, o valor de R\$105.000.000,00 (cento e cinco milhões de reais) ("Emissão"), sendo (a) 72.000 (setenta e dois mil) de debêntures da primeira série ("<u>Debêntures Incentivadas</u>"); e (**b**) 33.000 (trinta e três mil) de debêntures da segunda série ("<u>Debêntures Institucionais</u>", e quando em conjunto com as Debêntures Incentivadas, as "Debêntures"), que serão objeto de distribuição pública, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CYM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, ("Resolução CVM 160") do artigo 2º, parágrafo 1º-B, da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("<u>Lei 12.431</u>"), e das demais disposições legais aplicáveis ("<u>Oferta</u>") e do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debên-tures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2(duas) séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicio-nal Fidejussória, para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático de Distribuição, destinada a investidores profissionais, da Elétron Power GD I S.A.", a ser celebrada pela Elétron Power GD, pela Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário") e pela Companhia ("Escritura de Emissão"), (ii) aprovar a outorga pela Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, de garantia fidejussória, na modalidade de fiança, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em conformidade com os artigos 818 e 822 do Código Civil, de acordo com os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão ("<u>Fianca"</u>) (iii) aprovar a outorga pela Eletron Power Geração e Comercializadora de Energia S.A., com sede na cidade de Recife, estado de Pernambuco, na Avenida República do Libano, n° 251, sala 2102, Torre E, Anexo A, Edif. Trade Center 4, Pina, CEP 51.110-160, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.708.608/0001-21 ("Eletron Power" ou "Acionista") a alienação fiduciária sobre ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Emissora, presentes e futuras, outorgada pela Acionista, bem como os demais acessórios das ações, conforme descrito e detalhado nos termos e condições do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças" a ser celebrado entre a Acionista, o Agente Fiduciário e a Emissora ("<u>Contrato de Alienação Fidu</u>ciária de Acões" e "Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente); (iv) aprovar a prestação pela Elétron Power GD, de alienação fiduciária da totalidade das quotas detidas pela Flétron Power GD, sob condição suspensiva, nas od, de alienação nouciaria de todindade dos quotas deudas pela Electron Power GD, sob Condição suspensión, inseguintes subsidiárias (em conjunto, "SPES"): (a) **UFV Pernambuco i Geração de Energia Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Carnaíba, Estado de Pernambuco, na Rodovia PE-320, s/n, Sítio Poço Grande, Unidade I, Zona Rural, CEP 56820-000, inscrita no CNPJ sob nº 35.263.648/0001-35 ("<u>Pernambuco I</u>"); (b) **UFV Pernambuco II Geração de Energia Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Carnaíba, Estado de Pernambuco, na Rodovia PE-320, s/n, Sítio Poço Grande, Unidade II, Zona Rural, CEP 56820-000, inscrita no CNPJ sob nº 36.125.146/0001-00 ("Pernambuco III"); (c) UFV Pernambuco III Geração de Energia Ltda, sociedade limitada, com sede na Cidade de Carnaíba, Estado de Pernambuco, na Rodovia PE-320, s/n, Sítio Poço Grande, Unidade III, Zona Rural, CEP 56820-000, inscrita no CNPJ sob nº 36.014.335/0001-06 ("Pernambuco III"); (d) UFV Pernambuco IV Geração de Energia I tda. sociedade limitada, com sede na Cidade de Carnaíba. Estado de Pernambuco, na Rodovia PE-320, s/n, Sítio Poço Grande, Unidade IV, Zona Rural, CEP 56820-000, inscrita no CNPJ sob nº 35.267.207/0001-01 ("Pernambuco IV"); (e) UFV Pernambuco V Geração de Energia Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Carnaíba, Estado de Pernambuco, na Rodovia PE-320, s/n, Sítio Poço Grande, Unidade V, na Rural, CEP 56820-000, inscrita no CNPJ sob nº 36.223.240/0001-00 ("<u>Pernambuco V</u>"); (f) **UFV Pernambuco** VI Geração de Energia Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Carnaíba, Estado de Pernambuco, na Rodovia PE-320, s/n, Sítio Poço Grande, Unidade VI, Zona Rural, CEP 56820-000, inscrita no CNPJ sob nº 35.263.651/0001-59 ("<u>Pernambuco VI</u>"); (g) **UFV Pernambuco VII Geração de Energia Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Carnaíba, Estado de Pernambuco, na Rodovia PE-320, s/n, Sítio Poço Grande, Unidade VII, Zona Rural, CEP 56820-000, inscrita no CNPI sob nº 35.282.555/0001-58 ("Pernambuco VII"); (h) **UFV Pernambuco VIII Geração de Energia Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Carnaíba, Estado de Pernambuco, na Rodovia PE-320, s/n, Sítio Poço Grande, Unidade VIII, Zona Rural, CEP 56820-000, inscrita no CNPI sob o nº 35.234.692/0001-17 ("<u>Pernambuco VIII</u>"), (i) **UFV Pernambuco IX Geração de Energia Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Carnaíba, Estado de Pernambuco, na Rodovia PE-320, s/n, Sítio Poço Grande, Unidade IX, Zona Rural, CEP 56820-000, inscrita no CNPJ sob nº 35.230.490/0001-05 ("Pernambuco IX"), (j) UFV Pernambuco X Geração de Energia Ltda, sociedade limitada, com sede na Cidade de Carnaíba, Estado de Pernambuco, na Rodovia PE-320, s/n, Sítio Poço Grande, Unidade X, Zona Rural, CEP 56820-000, inscrita no CNPJ sob nº 35.264.170/0001-68 ("Pernambuco X"); (k) UFV Flores I Geração de Energia Elétrica Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Flores, Estado de Pernambuco, no Sítio Cabeça Dantas, Unidade I, Zona Rural, CEP 56850-000, inscrita no CNPJ sob nº 35.368.012/0001-58 ("<u>Flores I</u>"); (I) **UFV Flores II Geração de Energia Elétrica Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Flores, Estado de Pernambuco, no Sítio Cabeça Dantas, Unidade II, Zona Rural, CEP 56850-000, inscrita no CNPI sob nº 35.382.726/0001-10 ("Flores II"); (m) UFV Flores III Geração de Energia Elétrica Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Flores, Estado de Pernambuco, no Sítio Caca Dantas, Unidade III, Zona Rural, CEP 56850-000, inscrita no CNPJ sob nº 35.381.396/0001-49 ("Flores III"); (n) UFV Flores IV Geração de Energia Elétrica Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Flores, Estado de Pernambuco, no Sítio Cabeça Dantas, Unidade IV, Zona Rural, CEP 56850-000, inscrita no CNPJ sob nº 35.382.395/0001-19 ("Flores IV"); (o) UFV Flores V Geração de Energia Elétrica Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Flores, Estado de Pernambuco, no Sítito Cabeça Dantas, Unidade II, Zona Rural, CEP 56850-000, inscrita no CNPJ sob nº 35.397.646/0001-39 ("<u>Flores V</u>"); (p) **UFV Flores VI Geração de Energia Elétrica Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Flores, Estado de Pernambuco, no Sítio Cabeca Dantas, Unidade VI, Zona Rural, CEP 56850-000, inscrita no CNPJ sob nº 39.621.142/0001-01 ("Flores VI"); (q) UFV Flores VII Geração de Energia Elétrica Ltda., so-ciedade limitada, com sede na Cidade de Flores, Estado de Pernambuco, no Sítio Cabeça Dantas, Unidade VII, Zona Rural, CEP 56850-000, inscrita no CNPJ sob nº 36.055.400/0001-41 ("Flores VII"); (r) UFV Flores VIII Geração de Energia Elétrica Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Flores, Estado de Pernambuco, no Sítio Cabeça Dantas, Unidade VIII, Zona Rural, CEP 56850-000, inscrita no CNPJ sob nº 39.891.838/0001-58 ("Flores VIII"); (s) UFV Pajeú Geração de Energia SPE Ltda., sociedade limitada com propósito específico, com sede na Cidade de Flores, Estado de Pernambuco, na Fazenda Santa Clara, s/n, Zona Rural, CEP 56850-000, inscrita no CNPJ sob nº 31.722.899/0001-80 ("<u>Pajeúl</u>"); (t) **UFV Pajeú II Geração de Energia SPE Ltda.**, sociedade limitada com propósito específico, com sede na Cidade de Flores, Estado de Pernambuco, na Fazenda Santa Clara, s/n, Unidade III, Zona Rural, CEP 56850-000, inscrita no CNPJ sob nº 38.262.273/0001-87 ("Pajeú II"); (u) UPV Pajeú III Geração de Energia SPE Ltda., sociedade limitada com propósito específico, com sede na Cidade de Flores, Estado de Pernambuco, na Fazenda Santa Clara, s/n, Zona Rural, CEP 56850-000, inscrita no CNPJ sob nº 38.262.154/0001-24 ("Pajeú III"); (v) UFV Vale Formoso IV Geração de Energia Ltda, sociedade limitada, com sede na Cidade de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Estada no Vale Formoso, Fazenda Vale Formoso, s/n, km 8, Zona Rural, CEP 37443-000, inscrita no CNPJ sob o nº 32.663.356/001-00 ("<u>Vale Formoso U</u>"); (w) **UFV Rosa e Silva Garção de Energia Elétri-ca Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Carnaíba, Estado de Pernambuco, na Rodovia PE-320, s/n, Sí-tio Poço Grande, Zona Rural, CEP 56820-000, inscrita no CNPJ sob o nº 33.201.640/0001-19 ("<u>Rosa e Silva</u>"); (x) UFV Nossa Senhora das Graças Geração de Energia Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Carnaíba, Estado de Pernambuco, na Rodovia PE-320, s/n, Sítio Poço Grande, Zona Rural, CEP 56820-000, inscrita no CNPJ sob o nº 32.612.810/0001-95 ("Nossa Senhora"), (w) UFV FREVO 11 ENERGIA LTDA, sociedade empresária limitada com sede no município de Ibimirim. Estado de Pernambuco, na Rodovia Fazenda Santa Luzia, S/n. CEP 56580-000, inscrita no CNPJ sob o nº 46.336.911/0001-95 ("Frevo XI"); (y) **UFV FREVO 12 ENERGIA LTDA**, sociedade em presária limitada com sede no município de Ibimirim, Estado de Pernambuco, na Rodovia Fazenda Santa Luzia, S/n, CEP 56580-000, inscrita no CNPJ sob o nº 46.338.201/0001-02 ("<u>Frevo XII</u>"); (z) **UFV TAPAJOS 1 ENERGIA LTDA**, sociedade empresária limitada com sede no município de Tracuateua, Estado do Pará, nano Rodovia BR 308, S/N, CEP 68647-000, inscrita no CNPJ sob o nº 44.552.424/0001-34 ("<u>Tapajos I</u>"); (aa) **UFV TAPAJOS 2 ENERGIA LTDA**, sociedade empresária limitada com sede no município de Tracuateua, Estado do Pará, nano Rodovia BR 308, S/N, CEP 68647-000, inscrita no CNPJ sob o nº 44.564.564/0001-22 ("Tapajos II"); (bb) UFV TAPAJOS 3 ENERGIA LTDA, sociedade empresária limitada com sede no município de Tracuateua, Estado do Pará, nano Rodovia BR 308, S/N, CEP 68647-000, inscrita no CNPJ sob o nº 44.564.587/0001-37 ("<u>Tapajos III</u>"); (cc) **UFV TAPAJOS 4 ENERGIA LTDA**, sociedade empresária limitada com sede no município de Tracuateua, Estado do Pará, nano Rodovia BR 308, S/N, CEP 68647-000, inscrita no CNPJ sob o nº 44,563,909/0001-23 ("Tapaios IV"); (dd) **UFV TAPAJOS 5 ENERGIA LTDA** sociedade empresária limitada com sede no município de Tracuateua, Estado do Pará, nano Rodovia BR 308, S/N, CEP 68647-000, inscrita no CNPJ sob o nº 44.563.907/0001-34 ("Tapajos V"); (ee) UFV FREVO 14 ENERGIA LTDA, sociedade empresária limitada com sede no município de Ibimirim, Estado de Pernambuco, na Rodovia Fazenda Santa Luzia, S/n, CEP 56580-000, inscrita no CNP3 sobo nº 46.337.118/0001-00 ("Frevo XIV"); (ff) UFV FREVO 15 médio ponderado dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão das Peimeira Série e a ENERGIA LTDA, sociedade empresária limitada com sede no município de Ibimirim, Estado de Pernambuco, na Rodra dos desenvos respectos consensas de Primeira Série e a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e a Consensa de dovia Fazenda Santa Luzia, S/n, CEP 56580-000, inscrita no CNPJ sob o nº 46,349,539/0001-51 ("Freyo XV"); (gg) UFV NOTARO PE 1 ENERGÍA LTDA, sociedade empresária limitada com sede no município de Passira, Estado do Pernambuco, na Fazenda Campo Alegre S/N, CEP 55.650-000 inscrita no CNPJ sob o nº 46.294.023/0001-57 ("Notaro I"); (hh) UFV PRESIDENTE 1 ENERGIA LTDA., sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Presiden the Figueiredo, Estado do Amazonas, na Rodovia BR-174, s/n, Imóvel Uatumã, Lote 52, Gleba 02, Zona Rural, CEP 69735-000 inscrita no CNPJ sob o nº 46.317.476/0001-51 (ii) **UFV PRESIDENTE 2 ENERGIA LTDA.** sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Presidente Figueiredo. Estado do Amazonas, na Rodovia BR-174, s/n, Imóvel Uatumã, Lote 52, Gleba 02, Zona Rural, CEP 69735-000 inscrita no CNPI sob o nº 46.338.203/0001-93; (ji] **UFV PRE-SIDENTE 3 ENERGIA LTDA.** sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas, na Rodovia BR-174, s/n, Imóvel Uatumã, Lote 52, Gleba 02, Zona Rural, CEP 69735-000 inscrita no CNPJ sob on Part 47.676.431/0001-36; (kk) UFV PRESIDENTE 4 ENERGIA LTDA. sociedade empresária limitada com tamente anterior à respectiva data de pagamento; (r) Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Atualização Monetásede na Cidade de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas, na Rodovia BR-174, s/n, Imóvel Uatumã, Lote 52, ria e dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia de-Gleba 02, Zona Rural, CEP 69735-000 inscrita no CNPJ sob o nº 47.675.362/0001-46; (II) UFV PRESIDENTE 5 ENER-vida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão sujeitos a, Gle LTDA. sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas, na Rodovia BR-174, s/n, Imóvel Uatumã, Lote 52, Gleba 02, Zona Rural, CEP 69735-000 inscrita no CNPJ sob o nº 47.659.176/0001-13; (mm) UFV PRESIDENTE 6 ENERGIA LTDA. sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas, na Rodovia BR-174, \$/n, Imóvel Uatumã, Lote 52, Gleba 02, Zona Rural, CEP 69735-000 inscrita no CNPJ sob o nº 48.048.087/0001-01; (nn) UFV BALSAS 1 ENERGIA LTDA, sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Balsas. Estado do Maranhão, na BR-230, s/n, Km 415, anexo Fazenda Notaro Alimentos, Zona Rural, CEP 65.800-000, inscrita no CNPI sob o nº 44.430.991/0001-18 ; (oo) UFV PROPRIA 1 ENERGIA LTDA. sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Cedro de São João, Estado de Sergipe, Rodovia BR-101, Km 7-Sul, s/n - unidade 1, Zona Rural, CEP 49930-000, inscrita no CNPJ sob o nº 44.509.691/0001-29; (pp) UFV PIRACURUCA 1 ENERGIA LTDA. sociedade empresária limitada com sede no Sítio Chapadão Mato Verde, s/n, Anexo unidade 1, Zona Rural, Cidade de Piracuruca, Estado do Piauí, CEP 64.240-000, , inscrita no CNPI sob o nº 44.431.206/0001-41 ("Piracuruca 1"); (qq) UFV PIRACURUCA 2 ENERGIA LTDA. sociedade empresária limitada com sede no Sítio Chapadão Mato Verde, s/n, Anexo unidade 2, Zona Rural, Cidade de Piracuruca, Estado do Piauí, CEP 64.240-000, , inscrita no CNPJ sob o nº 45.153.659/0001-16 ("Piracuruca 2"); (rr) UEV PIRACURUCA 3 ENERGIA LTDA, sociedade empresária limitada com sede no Sítio Chapadão Mato Verde, s/n. Anexo unidade 3, Zona Rural, Cidade de Piracuruca, Estado do Piaú, CEP 6,240-000, , inscrita no CNPI 5,50 no nº 45.153.659/0001-16 ("Piracuruca 3"); (ss) UFV PIRACURUCA 4 ENERGIA LTDA. sociedade empresária limitada com sede no Sítio Chapadão Mato Verde, s/n, Anexo unidade 4, Zona Rural, Cidade de Piracuruca, Estado do Piauí, CEP 64.240-000, , inscrita no CNPJ sob o nº 44.551.666/0001-03 ("Piracuruca 4"); (tt) UFV PIRACURUCA 5 ENERGIA LTDA. sociedade empresária limitada com sede no Sítio Chapadão Mato Verde, s/n, Anexo unidade 5, Zona Rural, Cidade de Piracuruca, Estado do Piauí, CEP 64.240-000, , inscrita no CNPJ sob o nº 46.347.238/0001-99 ("Piracuruca 5"); (uu) UFV PIRACURUCA 6 ENERGIA LTDA. sociedade empresária limitada com sede no Sítio Chapadão Mato Verde, s/n, Anexo unidade 6, Zona Rural, Cidade de Piracuruca, Estado do Piauí, CEP 64.240-000, , inscrita no CNPJ sob o nº 48.039.380/0001-02 ("Piracuruca 6"); (vv) UFV PIRACURUCA 7 ENERGIA LTDA. sociedade empresária limitada com sede no Sítio Chapadão Mato Verde, s/n, Anexo unidade 7, Zona Rural, Cidade de Piracuruca, Estado do Piauí, CEP 64.240-000, , inscrita no CNPJ sob o nº 48.035.320/0001-03 ("Piracuruca 7"); (xx) UFV PIRACURUCA 8 ENERGIA LTDA. sociedade empresária limitada com sede no Sítio Chapadão Mato Verde, s/n, Anexo unidade 8, Zona Rural, Cidade de Piracuruca, Estado do Piauí, CEP 64.240-000, , inscrita no CNPJ sob o nº 48.433.030/0001-18 ("Piracuruca 8"); (ww) UFV PIRACURUCA 9 ENERGIA LTDA. sociedade empresária limitada com sede no Sítio Chapadão Mato Verde, s/n, Anexo unidade 9, Zona Rural, Cidade de Piracuruca, Estado do Piauí, CEP 64.240-000, , inscrita no CNPJ sob o nº 48.038.745/0001-76 ("Piracuruca 9"), detidas por ela, bem como quaisquer outras quotas representativas do capital social das referidas sociedades, conforme o caso, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo detidas pela Elétron Power GD, e demais bens e direitos ("Alienação Fiduciária das Quotas"), de acordo com os termos e condições do "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Alienação Fiduciária de Ações e Quotas e Outras Avenças" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Quotas"); (v) aprovar a prestação de alienação fiduciária, outorgada pelas SPEs, sobre a totalidade das máquinas e equipamentos de titularidade das SPEs relacionados aos respectivos Projetos, conforme definido, descrito e detalhado nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos em Garantia e Outras Avenças" a ser celebrado entre as SPEs e o Agente Fiduciário (<u>"Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos"</u> e <u>"Alie-nação Fiduciária de Equipamentos"</u>, respectivamente) e; **(vi)** autorizar a Elétron Power GDI, as SPEs, a **UFV ENER**-CRED PE 1 ENERGIA LTDA, sociedade empresária limitada com sede no município de Ibimirim, Estado de Pernam buco, na Rodovia Fazenda Santa Luzia, S/n, CEP 56580-000, inscrita no CNPJ sob o nº 45.573.168/0001-24 ("Enercred I"), a UFV FREVO 6 ENERGIA LTDA, sociedade empresária limitada com sede no município de Ibimirim, Estado de Pernambuco, na Rodovia Fazenda Santa Luzia, S/n, CEP 56580-000, inscrita no CNPJ sob o nº 46.292.567/0001-80 ("Frevo VI"); a **UFV FREVO 7 ENERGIA LTDA**, sociedade empresária limitada com sede no município de Ibimirim, Estado de Pernambuco, na Rodovia Fazenda Santa Luzia, S/n, CEP 56580-000, inscrita no CNPI sob o nº 46.200.653/0001-15 ("Frevo VII"); a UFV FREVO 8 ENERGIA LTDA, sociedade empresária limitada com sede no município de Ibimirim, Estado de Pernambuco, na Rodovia Fazenda Santa Luzia, S/n, CEP 56580-000, inscrita no CNPJ sob o nº 46.237.887/0001-37 ("Frevo VIII"); a **UFV FREVO 9 ENERGIA LTDA**, sociedade empresária mitada com sede no município de ibimirim, Estado de Pernambuco, na Rodovia Fazenda Santa Luzia, S/n, CEP 56580-000, inscrita no CNPI sob o nº 45.707.464/0001-70 ("<u>Frevo IX</u>"); e a **UFV FREVO 10 ENERGIA LTDA,** sociedade empresária limitada com sede no município de Ibimirim, Estado de Pernambuco, na Rodovia Fazenda Santa Luzia, S/n, CEP 56580-000, inscrita no CNPJ sob o nº 45.701.728/0001-89 ("Frevo X" e, em conjunto com a Emissora,

de Ações e Quotas e Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, em conjunto, os "Contratos de Garantia"); (vii) aprovação de outorga de todas as procurações irrevogáveis e irretratáveis aplicáveis no ambito da Emissão e dos Contratos de Garantia pelas Garantidoras com prazo vinculado ao cumprimento integral de todas as obrigações as sumidas por cada Garantidora respectivamente no âmbito da Emissão e dos Contratos de Garantia ("Procura-<u>cões</u>") em favor do Agente Fiduciário, representante dos titulares das Debêntures ("<u>Debenturistas</u>"), com poderes para praticar isoladamente os atos nela descritos em nome das Garantidoras, conforme aplicável; (**viii**) ratificação à Diretoria e demais representantes legais da Companhia para todos os atos praticados e adoção de todas as me didas necessárias e/ou convenientes para a formalização da Emissão; e (ix) autorizar e ordenar a Diretoria da Companhia e de suas subsidiárias diretas e/ou indiretas a praticar todos os atos necessários para outorga das garantias acima mencionadas, bem como todos os instrumentos necessários para a efetivação da deliberações aprovadas acima, includidadas, bein como dous os mistumentos e necessarios para a enervivação da deliberações aprovadas acima, incluindo seus eventuais aditamentos e os termos dos Contratos de Garantia. 4<u>. Deliberações</u>: Pela unani-midade de votos dos conselheiros presentes, e sem quaisquer reservas, foram tomadas e aprovadas as seguintes deliberações: 4.1. Registrar que a presente ata será lavrada na forma de sumário. 4.2. Autorizar a Emissão, nos teruentierações - 1.2. Augusta que a presente ata sera avada na torna de Suniano. 4.2. Augusta a transso, nos ca mos da Resolução CVM 160 e da Escritura de Emissão, com as seguintes características gerais: (a) Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R\$105.000.000,00 (cento cinco milhões de reais), na Data de Emissão; (b) Número de Séries: A Emissão será realizada em 2 (duas) séries; (c) Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 105.000 (cento e cinco mil) Debêntures; (d) **Destinação de Recursos**: (i)Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º e 1º-B, da Lei 12.431, conforme alterada pela Lei 14.801, de 9 de janeiro de 2024 ("<u>Lei 14.801</u>"), e do Decreto 11.964, os recursos obtidos pela Emissora com a Emissão das Debêntures Incentivadas serão integral e exclusivamente uti lizados para fins de pagamento futuro e/ou reembolso de gastos, despesas ou dividas passíveis de reembolso, re-lacionados aos respectivos Projetos, observado que tais gastos, despesas ou dívidas passíveis de reembolso tenham ocorrido em prazo igual ou inferior a 36 (trinta e seis) meses contados do Anúncio de Encerramento conforme previsto no artigo 13 da Lei 14.801, conforme detalhados no Anexo II à esta Escritura de Emissão (em conjunto, os "<u>Projetos</u>"); e (ii) a totalidade dos recursos captados pela Emissora por meio da emissão das Debêntures Institucionais será destinada para a gestão ordinária dos negócios da Emissora; (e) Data de Emissão: 15 de outubro de 2025; (f) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, e, para todos os fins de direito, a titularidade delas será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estive-rem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta(s) extrato em nome do Deben-turista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures; (g) Espécie e Convolação: As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, nos termos do artigo 58, caput da Lei das Sociedades por Ações; (h) Prazo e Data de Vencimento: Observado o disposto na Escritura de Emissão, e ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, Resgate Antecipado Facultativo Total e/ou Amortização Extraordinária Parcial, (i) o prazo de vencimento das Debêntures da Primeira Série será de 15 (quinze) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2040 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"); e (ii) o prazo de vencimento das Debêntures da Segun da Série será de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2035 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, a "Data de Vencimento das Debêntures").; (i) Valor Nominal Unitário: As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("<u>Valor Nominal Unitário</u>"); (j) Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 29 (vinte e nove) parcelas semestrais devidas sempre no dia 15 (quinze) dos meses de abril e outubro, sendo que a primeira parcela será devida em 15 de outubro de 2026, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures da Primeira Série, de acordo com as datas in-dicadas na nas datas indicadas na Escritura de Emissão, e o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 19 (dezenove) devidas sempre no dia 15 (quinze) dos meses de abril e outubro, sendo que a primeira parcela será devida em 15 de outubro de 2026, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures da Segunda Série, de acordo com as datas indicadas na Escritura de Emissão (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures" e em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures "<u>Data de Pagamento</u>"); (k) Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, a qualquer momento (cada uma, uma "<u>Data de Integralização</u>"), a partir da data de início de distribuição, conforme informada no anúncio de início del distribuição, a ser divulgados nos termos da Escritura de Emissão, durante o período de distribuição das Debên-tures previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160 e de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Na Data de Início da Rentabilidade, as Debêntures serão integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário e, caso qual quer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data de Início da Rentabilidade, a integra-lização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme definido abaixo) acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização ("<u>Preço de Subscrição</u>").; **(I) Atualização Monetária**. O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE, desde a Data de Início da Rentabilidade até a data do efetivo pagamento (<u>"Atualização Monetária"</u>), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), conforme fórmula definida na Escritura de Emissão; (m) Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso), incidirão juros correspondentes a determinado porcentual ao ano, a serem definidos de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, sendo que o intervalo a ser utilizado no Procedimento de Bookbuilding dependerá da classificação de risco (rating) preliminar atribuída às Debêntures pela Agência de Classificação de Risco, de acordo com os parâmetros estabelecidos na Es critura de Emissão. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso), incidirão juros corres-pondentes a determinado porcentual ao ano, a serem definidos de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, e que serão limitados à maior taxa entre : (i) 11,40% (onze inteiros e quarenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (ii) a taxa interna de retorno do Titulo Público Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B), com vencimento em 15 de agosto de 2030, a ser apurada conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), a ser apurada no fechamento do Dia Útil da data de realização do Procedimento de Bookbuilding, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa equivalente a 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios da Segunda Série", e em conjunto com os Juros remuneratórios da Primeira Série os "Juros Remuneratórios"), incidentes des-de a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (confor-me definida na Escritura de Emissão) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. O cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série obedecerá à fórmula definida da Escritura de Emissão. (n) Pagamento da Remuneração: Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado total das Debêntures da Primei ra Série em decorrência de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido na Escritura de Emissão). Resgate An tecipado Facultativo Total (conforme definido na Escritura de Emissão) e/ou de liquidação antecipada em razão do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série, os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série serão pagos semestralmente, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de abril de 2026, e os demais pagamentos ocorrerão sucessivamente, no dia 15 (quinze) dos meses de abril e outubro de cada ano até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (cada uma dessas datas, uma "<u>Data</u> de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série"), e, ressalvadas as hipóteses de resga-te antecipado total das Debêntures da Segunda Série em decorrência de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido na Escritura de Emissão) e/ou de liquidação antecipada em razão do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Segunda Série, os Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série serão pagos semestralmente, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de abril de 2026, e os demais pagamentos ocorrerão sucessivamente, no dia 15 (quinze ) dos meses de abril e outubro de cada ano até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (cada uma dessas datas, uma "<u>Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série</u>" e, em conjunto com a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios") (o) Resgate Antecipado Facultativo Total: Observado o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431, na Resolução CMN 4.751, da Resolução CMN 5.034, e/ou nas demais disposicões legais e regulam es aplicáveis, ou de outra forma, desde que venha a se damente regulamentado pelo CMN, a Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas da Primeira Série, o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, desde que se observem: (i) o prazo superior a 4 (quatro) anos ou outro que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis; e (ii) quando da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série, nos termos da Resolução CMN 5.034, ou de outra forma, desde que venha a ser legalmente permitido e devidamente regulamentado pelo CMN, nos termos da Lei 12.431; (q) Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediavida aos Decembrasas, os centos em atasos ventos em o pagos per entre entre de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sendo certo que ambos deverão ser calculados sobre o montante devido e não pago ("<u>Encargos Moratórios</u>"); (§) **Repactuação**: Não haverá repactuação programada; (t) Aquisição Facultativa: A Elétron Power GD poderá, (i) com relação às Debêntures da Primeira Série, após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de outubro de 2027 (inclusive), ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação e regulamentação aplicáveis e observado disposto no inciso II do parágrafo 1º do artigo 1º da Lei 12.431, na Resolução CVM 160, bem como no artigo 55, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("<u>Resolução CVM 77</u>"), e demais regulamentações aplicáveis da CVM; e/ou (ii) com relação às Debêntures da Segunda Série, observado disposto na Resolução CVM 160, bem como no artigo 55, parágrafo 3º da Lei das So ciedades por Ações, na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("<u>Resolução CVM 72</u>"), e demais regulamentações aplicáveis da CVM, adquirir as Debêntures, no mercado secundário, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário Atualizado, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por valor superior uo, uevenuo o indo conisca un eradunio da administração e das deministrações initalicenas, ou oprovator superior ao Valor Nominal Unitário Atualizado, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures que ve-nham a ser adquiridas nos termos desta Cláusula poderão, a critério da Emissora e desde que observada a regulamentação aplicável em vigor: (i) com relação às Debêntures da Primeira Série, desde que legalmente permitido pela regulamentação aplicável, ser canceladas, observado o disposto no artigo 1°, parágrafo 1°, inciso II, da Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Resolução CVM 160. As De-bêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos valores de Atualização Monetária e Juros Remuneratórios das demais Debêntures, conforme aplicável.; (u) Vencimento Antecipado: Na ocorrência de qualquer vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Elétron Power GD se obriga a pagar a totalidade das Debêntures, mediante o pagamento do respectivo Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Un lizado das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração das Debêntures, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, incidentes até a data do seu efetivo pagamento, bem como dos Encargos Moratórios e multas, se houver, e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão; (v) Garantias: as Debêntures terão as seguintes garantias (i) Alienação Fiduciária de Ações da Emissora: Alienação Fiduciária de Ações nos termos e condições do Contrato de Aliena ção Fiduciária de Ações da Emissora"; (ii) Alienação Fiduciária de Quotas das SPEs: Alienação Fiduciária de Quotas nos termos e condições do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas; e (iii) <u>Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos</u>: Alienação Fiduciária de Equipamentos nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos; (iv) Cessão Fiduciária: Cessão Fiduciária nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; (v) Garantia Fide-<u>iussória</u>: Fiança nos termos da Escritura de Emissão (x) Outras Características: as demais características das De-bêntures estarão descritas na Escritura de Emissão; 4.3. Aprovar a outorga pela Companhia da Fiança nos termos e condições previstos na Escritura de Emissão; 4.4. Aprovar a outorga pela Eletron Power da Alienação Fiduciária de Acões da Emissora nos termos e condições do Contrato de Alienação Fiduciária de Acões: 4.5. Aprovar a outor ga pela Eletron Power GD da Alienação Fiduciária de Quotas, de acordo com os termos e condições do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas; 4.6. Aprovar a outorga da Alienação Fiduciária de Equipamentos pelas SPEs nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos; 4.7. Aprovar a outorga pelas Garantidoras da Ces-são Fiduciária nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; 4.8. Aprovar a outorga das Procurações pela Garantidoras; 4.9. Ratificação à Diretoria e demais representantes legais da Companhia para todos os atos praticados e adoção de todas as medidas necessárias e/ou convenientes para a formalização da Emissão; 4.10. Autorizar e or-denar a Diretoria da Companhia e de suas subsidiárias diretas e/ou indiretas a praticar todos os atos necessários para outorga das garantias acima mencionadas, bem como todos os instrumentos necessários para a efetivação das deliberações aprovadas acima, incluindo seus eventuais aditamentos e os termos dos Contratos de Garantia e 4.11. Autorizar os diretores e/ou os procuradores da Companhia a representá-la na prática de todo e qualquer ato, bem como na assinatura de todo e qualquer documento necessário à implementação das deliberações acima 5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada, lida, aprovada e assinada pelos presentes.
6. Assinaturas: Mesa: Presidente, o Sr. André Cavalcanti Rosa, e Secretário, o Sr. Lucas Marchiori Pereira Membros do Conselho de Administração Presentes: André Cavalcanti Rosa e Silva, Ettore Victor Biagioni e Paulo Suplicy De Barros Barreto. Certifico que a presente ata confere com a original lavrada no livro próprio arquivada na sede da Companhia. São Paulo, 15 de setembro de 2025. Mesa: André Cavalcanti Rosa - Presidente, Lucas Mar

por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. ps://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 57E2-3866-D8E2-FAD6 no dia 25/09/2025

as SPEs, Enercred I, Frevo VI, Frevo VII, Frevo VIII e Frevo IX as "<u>Garantidoras</u>"), a outorgar cessão fiduciária da to-talidade dos direitos e créditos, detidos e a serem detidos pelas Garantidoras oriundos de determinados contratos

de uma ou mais das referidas sociedades e das contas vinculadas de titularidade das referidas sociedades, nas chiori Pereira - Secretário

**RUMO MALHA PAULISTA S.A.** 

CNP3/MF n° 02.502.844/0001-66 - NIRE 35.300.155.181 - Companhia Aberta - Categoria "B"

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 19 de Setembro de 2025

1. Data, Hora e Local: Aos 19 dias do mês de setembro de 2025, às 18:10 horas, por conferência telefónica.

2. Presenças: Os membros do Conselho de Administração indicados no tiem 7 abaixo. 3. Convocação 3. Convocação da 9º (nona) emissão do presidente; Fattyma Blum Gonçalves, como Secretária. 5. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a realização da 9º (nona) emissão ("Emissão"), pela Rumo Malha Paulista S.A. ("Companhia"), de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com grantia adricional fidejussória, em série única, no montante total de R\$ 1.000.000.000,000 (um bilhão de reals), as quais serão objeto de distribuição pública, destinada exclusivalemente a investidores profissionais," respectivamente), por meio dos artigos 21 e 13 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CMM") nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 30" e "Investidores profissionais", respectivamente), o besenvado a do valores mobiliários, nos termos do artigo 26, inciso V. alínea "s", e do artigo 20 conforme alterada ("Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160" e "Investidores profissionais", respectivamento, fica facultado à cutomático de oferta pública de distribuição de valores mobiliários, nos termos do artigo 26, inciso V. alínea "s", e do artigo 20 conforme alterada ("Investidores profissionais", respectivamento de 2021, conforme alterada ("Investidores profissionais", respectivamento de 2021, conforme alterada ("Investidores profissionais", respectivamento de 2021, conforme alterada ("Investidores profissionais", respectivamento de 30 d junho de 2011, conforme alterada ("Lei nº 12.431"), do Decreto nº 11.964, de 26 de marzo de 2024, conforme alterado ("Decreto nº 11.964") da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Capitais"), bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Dierta"), sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, por meio da celebração da "Escritura Particular da Nona Emissão de Debêntures Simples. Não Conversiveis em Ações, da Espécie Quiorgarfina, com Garantia Adriconal Trégiussónia, em Série Dirica, para Distribuição Pública, do Rumo Malha Paulista S.A.", a ser celebrada entre a Companhia, a RUMO S.A., sociedade por ações, registrada perante a CVM na categoria "X" sob o código 17450, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Emilio Bertolini 103 ala 1, Vila Oficinas, CEP 82.920-030, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPI\_ME") sob o nº 02.387.241/0001-00 e na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41.300.019.886 ("Fiadora") e a **Pentágono S.A.** Distribuidora de Títulos e Vadores Mobitiários, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 8, Ala B, salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNRJ/MF sob o n° 17.343.682/0001-138 ("Agente Fiduciário" e "Escritura de Emissão", respectivamente); (tij) a autorização expressa para os membros da Diretoria da Companhia e a seus demais representantes legais para, observado o Estatuto Social da Companhia, praticarem todos os atos, tomarem todas as providências e adotarem todas as medidas necessárias relativas à consecução e formalização da Emissão de do Oferta, incluindo, mas sem limitação, a (a) contratação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliarios para a realização da Oferta ("Coordenadores"), mediamente a celebração do "Contrato de Estruturação, coordenadores ("Cordenado a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante a B3 (conforme definido abaixo), a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), a CVM ou quaisquer outros órgãos ou autarquias junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a implementação da Emissão e da Oferta; ("iii) a autorização e retificação, se aplicável e caso necessário, a celebração, ainda que futuramente, pela Companhia de instrumentos de operações de troca de fluxos financeiros futuros ("Contratos de SWAP") com instituição(ôes) financeira(s) a ser(em) definida(s) ("Instituições Financeiras"), com o objetivo de gerenciamento de risco, bem como a celebração de instrumentos de suplementação de garantias reais e/ou fidejussórias relacionadas aos ue risto, Jenit Cuin a Ceteriada de l'isturientos de supierientação de galantais teas e you indejussorias referidos Contratos de SWAP; (iv) a autorização, à Diretoria da Companhia e aos seus demais representantes legais a praticarem todos os atos necessários para a celebração e formalização dos Contratos de SWAP e de garantias reais e/ou fidejussórias relacionadas aos referidos Contratos de SWAP; e (v) a autorização e ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia e procuradores bastante constitutios, relacionados exclusivamente às deliberações acima. 6. Deliberações Instalada a reunião e após a análise dos itens constantes na ordem do dia, os membros do conselho de administração aprovaram por unanimidade de votos e sem ressalvas: (f) A realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições: Instalada a reunião e após a análise dos itens constantes na ordem do dia, os membros do conselho de administração aprovara por unanimidade de votos e sem ressalvas: (f) A realização da Emissão de do flerta, com as seguintes características e condições:

(a) Número da Emissão: a Emissão constituí a 9ª (nona) emissão de debêntures da Companhia; (b) Valor Total da Emissão: o valor total da Emissão será de R\$ 1.000.000.000,000 (um bilhão de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("Valor Total da Emissão"); (d) Data de Emissão: para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será aquela disposta na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); (d) Data de Inficio da Rentabilidade: para todos os fins e efeitos legais, a data de inficio da nentabilidade erá a 1ª (primeira) Data de Integralização (conforme definida abaixo ("Data de Emissão"); (d) Data de Integralização (conforme definida abaixo, ("Data de Inticio da Rentabilidade"); (e) Número de Séries: a Emissão será realizada em série única; (f) Colocação e Procedimento de Distribuição: as Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentarea splicáveis, com a intermediação dos Coordenadores, nos termos a serem dispostos no Contrato de Distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação com relação à totalidade das Debêntures, realizada sob o rito de registro automático de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários. O plano de distribuição pública será organizado pelos Coordenadores e seguirá os procedimentos descritos no artigo 49 da Resolução CVM 160 e a serem descritos no Contrato de Distribuição, tendo como público-alvo os Investidores Profissionais; (g) Coleta de Intenções de Investimento: nos termos a serem previstos no Contrato de Distribuição, os comenadores organizado pelos Coordenadores es esquirá os procedimento de coleta de intenções de investimento para serem previstos no Contrato d pela CVM; e (3) a divulgação do anúncio de início da Oferta, nos termos do artigo 59, parágrafo 3º, da Resolução CVM 160 ("Anúncio de Início"), as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data dédiugação do Anúncio de Início (initiato da data limite de colocação, conforme venha a ser prevista no brato de Distribuídão; (i) Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização: as Debêntures serão subscritas e integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("<u>Data de Integralização</u>"), pelo Valor Nominal Unitário, na 1ª (primeira) Data de Integralização das Debêntures, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3 (conforme definido vista, em moeaa corrente nacional, no ato da subscrição (<u>Luta de Integraluzação</u>), pelo Valor Nominal Unitario, na 1 (primeira) Data de Integralização das Debêntures, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3 (conforme definido abaixo). No caso das Debêntures que vierem a ser integralizadas em data diversa e posterior à Data de Início da Rentabilidade, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3 ("Preço de Integralização"). Em qualquer Data de Integralização, ao Boebêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato da subscrição das Debêntures, a exclusivo critério dos Coordenadores, observado o que será disposto no Contrato de Distribuição, nos termos do anáqiafo 1°, do artigo 61 da Resolução (VM 160; (f) Destinação dos Recursos: nos termos do artigo 2º da Lei n° 21.431, do Decreto n° 11.964, da Portaria do Ministério dos Transportes nº 689, de 17 de julho de 2024, conforme alterada ("<u>Portaria 689</u>"), e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") n° 5.034, de 21 de janeiro de 2022, conforme alterada ("<u>Portaria 689</u>"), e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") n° 5.034, de 21 de janeiro de 2022, conforme alterada ("<u>Portaria 689</u>"), e da cutorga, concessão e arrendamento da Emissora; sendo que os itens (j), (ii) e/ou (iii) terão oconcido em um prazo igual ou inferior a 36 (trinta e seis) meses da data de enceramento da Oferta, conforme informações a serem descritas na Escritura de Emissão ("<u>Projeto de Investimento</u>" e "<u>Destinação de Recursos"</u>, respectivamente); (V) Quantidade de Debêntures: serão emitidas 1.000.000 (um milhão) de Debêntures; (V) Mar Nominal Unitário: o valor nominal unitário das Debêntures serão de Guardesa, ou seja, não conorversíveis em ações de emissão do Companhia, escriturais e nominativas em e certificados; (n) **Desmembramento**: não será admitido o desmembramento da Remuneração, do Valor Nominal Unitário e/ou dos demais direitos a serem conferidos aos Debenturistas, nos termos do artigo 59, inciso IX, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (<u>"Lei das Sociedades por Ações"</u>); (o) **Espécie**: as Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia real e sem preferência. Adicionalmente, as Debêntures serão garantidas pela Fiança (conforme definida abaixo), nos termos a serem definidos na Escritura de Emissão; (p) **Garantia** serão garantidas pela Hança (contorme definida abaixo), nos termos a serem definidos na Escritura de Emissão; (p) Garantia Fidejussória, as Debêntures contarão com garantia fidejussória, na forma de fiança, a ser prestade pela Fiadora, a qual se obrigará, solidariamente com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadora, codevedora solidária, principal pagadora e solidariamente (com a Companhia) responsável por todas as Obrigações Garantidas (conforme venha a ser definido na Escritura de Emissão), em conformidade com os artigos 818 e 822 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Cívil"), renunciando expressamente aos beneficios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Cívil, e dos artigos 130, 131 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada, obrigando-se e garantindo o pagamento integral das Obrigações Garantidas, nas datas a serem previstas na Escritura de Emissão, as das Debêntures en conforma das exemplementes das Debêntures es de resgate antecipado das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, as Debêntures valvados em 15 de outubro de 2040 ("Data de Vencimento"); (r) Atualização Monetária: o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("PLCA"), apurado e divulgadado mensalmente pelo Instituto Basileiro de Geografia e Estatistica, calculado de forma exponencial e cumulativa pro rata temporás desde a Data de Início da Rentabilidade da respectiva série até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária de Emissão, (s) Remuneração das Debêntures escritura de Iníció da Rentabilidade da respectiva série até a data de seu efetivo pagamento nominal Unitário Atualização Monetária será Fidejussória: as Debêntures contarão com garantia fidejussória, na forma de fiança, a ser prestada pela Fiadora, a qual se 15 de agosto de 2040, a ser apurada na data de realização do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento, conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), no fechamento do mercado do Dia Util do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa equivalente a -0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento negativos) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Uteis ("Remuneração"). O cálculo da Remuneração será realizado de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; (t) Pagamento da Remuneração: sem prejúzo de pagamentos em decorrência de resgate antecipado ou amortização extraordinária das Debêntures, ono termos a serem de vigência das Debêntures, ono de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem de vigência das Debêntures, estarão descritas na Escritura de Emissão; (ti) Vencimento Antecipado: as Debêntures poderão ser vencidas antecipadamente na ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado a emissão durante todo o prazo extraordinária das Debêntures, ou de vencimento antecipado a Emissão durante todo o prazo extraordinária das Debêntures, ou de vencimento antecipado a Emissão durante todo o prazo de vigência das Debêntures, estarão descritas na Escritura de Emissão. (ti) autorizar os membros da Diretoria da Companhia e a (t) Pagamento da Remuneração: sem prejuízo de pagamentos em decorrência de resgate antecipado ou amortização extraordinária das Debêntures, ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga conforme cronograma a ser previsto na Escritura de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de abril de 2026 e o último na Data de Vencimento. (u) Amortização do Valor Nominal previsos ha Satinada de Unissado, a Nentinerado, a Nentinerado, a Nentinerado, a Nentinerado, en Data de Vencimento. (u) Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado: ressalvadas as hipóteses de pagamentos em decorência de resgate antecipado das Debêntures, desde que venha a ser legalmente permitido e devidamente regulamentado pelo CMN, nos termos da Resolução CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019, conforme alterada ("Resolução CMN 4.751") e da Lei nº 12.431, de amortização extraordinária das Debêntures, ou de vencimento antecipado das obrigações decomentes das Debêntures, ou de vencimento antecipado das obrigações decomentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário Atualizado ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Debêntures será amortizado em 3 (três) parcelas anuais consecutivas, sempre no dia 15 (quinze) do mês de outubro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 15 de outubro de 2038 e a última parcela na Data de Vencimento, conforme percentusia a serem indicados na tabela da Escritura de Emissão; (v) Local de Pagamento: os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia e/ou pela Fiadora no respectivo vencimento, conforme o caso: (1) utilizando-se os procedimentos operacionais adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; (2) por meio do sprocedimentos operacionais adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; ou 3) na sede da Companhia e/ou da Fiadora, para os pagamentos que não possam eralizados por meio do Escriturador ou da B3 ("Local de Pagamento"). Faña jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento; (w) Encargos Moratórios: sem prejuízo do pagamento da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas relativamente a qualquer obrigação decorrente da Es

atraso ficarão sujeitos a (1) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago; e (2) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios"). Os Encargos Moratórios ora estabelecidos incidirão desde o efetivo

interpelação judicial ou extrajudicial; (x) Forma e Comprovação de Titularidade das Debêntures: as Debêntures serão emitidas

rendimentos das Debêntures, por qualquer motivo, inclusive em razão de revogação ou alteração da Lei nº 12.431 ou edição de lei determinando a incidência de imposto de renda retido na fonte ou quaisquer outros tributos sobre os rendimentos das Debêntures ("<u>Evento Tributário</u>"), em qualquer das hipóteses, a Companhia (sem prejuízo da Fiança): (I) deverá arcar com todos os tributos que venham a ser devidos pelos titulares de Debêntures, bem como com qualquer multa a ser paga nos termos da Debentures ( ¿cure inducardo ), em qualquer mulca sin poteses, a companina (seper piejuizo da riança); (1) devera a cirar com tonos os tributos que venham a ser devidos pelos titulares de Debentures, bem como com qualquer multa a ser paga nos termos da Lei nº 12.431, se aplicável, de modo que a Companhia deverá acrescer aos valores a serem pagos a título de Remuneração, valores adicionais suficientes para que os titulares de Debentures recebam tais pagamentos como se os referidos valores não fossem incidentes; ou (II) sem prejuízo do disposto na alínea (I) acima, estará autorizada, a seu exclusivo critério, a realizar Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido abaixo), independentemente de qualquer procedimento ou aprovação, nos temos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 12.431 e da Resolução CMM 4.751. Até a realização do Resgate Antecipado Facultativo Total, a Companhia deverá arcar com todos os tributos que venham a ser devidos pelos titulares de Debêntures, bem como com qualquer multa a ser paga nos temos da Lei nº 12.431, se aplicável, modo que a Companhia deverá acrescer aos pagamentos de Remuneração, valores adicionais suficientes para que os titulares de Debêntures recebam tais pagamentos como se os referidos valores não fossem incidentes, sendo certo que tais pagamentos serão realizados fora do ámbito da B3. Ainda, a Companhia obriga-se a efetuar no prazo estabelecido na legislação em vigor o recolhimento de quaisquer tributos ou tarifas que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures e que sejam legalmente atribuídos à Companhia, (a) Classificação de Risco (Rating): foi contratada a Fitch Ratings Brasil Ltda. como agência de Sasificação de Risco poderá, a qualquer momento, ser substituída pelas agencias Standard and Poor's Ratings do Brasil Ltda. ("Sag?") ou Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco Ourados de Risco Durados de Classificação de Risco Ourados de Risco Ourados de companhia notificar o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Uters contados da contrata Agência de Classificação de Risco para realizar a atualização anual, a cada ano-calendário, da classificação de risco (rating) das Debêntures; (bh) Depósito para Distribuição das Debêntures: (bh) Depósito para Distribuição das Debêntures: as Debêntures serão depositadas para distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado para B.S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), sendo a distribuição diquidada financeiramente por meio da B3; (cc) Negociação das Debêntures: as Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundarão por meio do CEITP21 - Histo e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liguidadas financeiramente por meio da B3 e as Debêntures: custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários (1) entre Investidores Profissionais, a qualquer momento; (2) entre investidores qualificados, assim definidos nos artigos 12 e 13 da Resolução CVM 30, após decorridos 6 (seis) meses da data de divulgação do anúncio de enceramento da Oferta; e (3) ao público investidor em geral após decorridos 1 (um) ano da data de divulgação do anúncio de enceramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, da Resolução CVM 160. Nos termos do \$4\* do artigo 86 da Resolução CVM 160, tais Offerta, nos termos do artigo 86, inciso II, da Resolução CVM 160. Nos termos do Sév do artigo 86 o anúncio de enceramento da Desta, nos termos do artigo 86, inciso II, da Resolução CVM 160. Nos termos do Sév do artigo 86 escolução CVM 160. Nos termos do Sév do artigo 86 escolução CVM 160. Nos termos do Sév do artigo 86 escolução CVM 160, tais restrições deixam de ser aplicáveis caso a Companhia realize oferta subsequente do mesmo valor mobiliário objeto da Oferta cos termos da Resolução CVM 4.751 ou de outra forma, desde que venha a ser permitido pelas regras expedidas pelo CVM e pela legislação e regulamentação aplicáveis, desde que venha a ser permitido pelas regras expedidas pelo CVM e pela legislação e regulamentação aplicáveis, desde que venha a ser permitido plante promitido se nitro do 18º (quadragésimo oitavo) mês (finclusive), contado da Data de Emissão, e desde que venha a ser legalmente permitido, nos termos no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II da Lei nº 12.431, da regulamentação do CVM ou de outra legislação ou regulamentação aplicável, o que for maior; ou, ainda, (2) na ocorrência de um Evento Tributário e, neste caso, desde que já tenha transcorrido o prazo indicado no inciso I, do artigo 1º da Resolução CVM 4.751 ou outro que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicável, o que for maior; ou, ainda, (2) na ocorrência de um Evento Tributário e, neste caso, desde que já tenha transcorrido o prazo indicado no inciso I, do artigo 1º da Resolução CVM 4.751 ou outro que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicável, o valor a ser pago pela Companhia en ido realizada a integral comprovação da destinação dos recursos, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar amortizaçõe extraordinárias sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado da totalidade das Debêntures, de acordo com os procedimentos a serem previstos maior. 10 pancela do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, limitada a 98% (noventa evito por ocento) do Valor Nominal Unitário Atuali duration remanescente das Debenturies, na data da Amortização Extraordinana Facultativa, Liturationo-se a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no segundo Día Útil imediatamente anterior à data da Amortização Extraordinária Facultativa, decrescido de uma taxa de 0,90% (noventa centésimos por centrol), sendo calculado conforme formula a ser prevista na Escritura de Emissão, (2.2) dos Encargos Moratórios, se houver; e (2.3) de quasiquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures; (ee) Resgate Antecipado Facultativo: nos termos da Resolução CMN 4.751 ou de outra forma, desde que permitido pelas regras expedidas pelo CMN e pela legislação e regulamentação aplicáveis, desde que (1) após o prazo médio ponderado dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo resgate antecipado facultativo superar 4 (quatro) anos, nos termos do inciso I, do artigo 1º, da Resolução CMN 4.751, ou a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês (inclusive), contado da Data de Emissão, desde que venha Resolução CMN 4.751, ou a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês (inclusive), contado da Data de Emissão, desde que venha a ser legalmente permitido, nos termos no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II da Lei nº 12.431, da regulamentação aplicável, o que for maior; ou, ainda, 20 na coorrência de um tento Tributário e, neste caso, desde que já tenha transcorrido o prazo indicado no inciso I, do artigo 1º da Resolução CMN 4.751 ou outro que venha a ser autorizado pela degislação ou regulamentação aplicávels, o que for maior; ou, ainda, 20 na coorrência de um antecipado da destinação dos recursos, a Companhia poderá, independentemente de qualquer aprovação, realizar o resgate ametecipado da totalidade das Debêntures (sendo vedado o resgate parcial das Debêntures), com o consequente cancelamento de tais Debêntures, do com os procedimentos previstos abaixo ("Resgate Antecipado Facultativo"). O valor a ser pago pela Companhia em relação a cada uma das Debêntures, no âmbito do Resgate Antecipado Facultativo"). O valor a ser pago pela Companhia em relação a cada uma das Debêntures, no âmbito do Resgate Antecipado Facultativo"). O valor a ser pago pela Companhia em relação a cada uma das Debêntures, no âmbito do Resgate Antecipado Facultativo ("O valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, carescido (1.1) da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo (exclusive); (1.2) dos Encargos Moratórios, se houver; e (1.3) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes 8 beêntures, ca elebentures, acrescida (2.1) da Remuneração indicatemente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo (exclusive); (1.2) dos Encargos (2) valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescida (2.1) da Remun Tacultativo, decrescido de uma taxa de 0,90% (noventa centésimos por cento) calculado conforme fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; (2.2) dos Encargos Moratórios, se houver; e (2.3) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes ão Debentures; (1f) **Oferta de Resgate Antecipado Facultativo**: sem prejuízo da possibilidade de Resgate Antecipado Facultativo, nos termos da Resolução CMN 4.751 ou de outra forma, desde que permitido pelas regras expedidas pelo CMN e pela legislação e regulamentação aplicáveis, a Companhia poderá realizar a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado facultativo?). A Oferta de Resgate Antecipado Facultativo de resgate antecipado parcial ("Oferta de Resgate Antecipado facultativo"). A Oferta de Resgate Antecipado Facultativo de verá ser endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sessenurada a isualdade de condições a rodos co Debenturistas, asea aceitar a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo de resgate antecipado a condições a redos con Debenturistas, sem distinção, sessenurada a isualdade de condições a rodos co Debenturistas, para exeritar a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo de resgate antecipado se a redos con Debenturistas, para exeritar a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo de resgate antecipado Facultativo de resgate antecipado Facultativo de resgate a descripado Facultativo de resgate antecipado Facultativo totalidade das Debêntures (sendo vedada an ofreta facultativa de resgate antecipado parcial) ("Greta de Resgate Antecipado Facultativo"). A Oferta de Resgate Antecipado Facultativo"). A Oferta de Resgate Antecipado Facultativo"). A Oferta de Resgate Antecipado Facultativo deverá ser endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, para aceitar a Oferta de Resgate Antecipado facultativo das Debentures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão. O prazo médio ponderado mencionado acima será calculado quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado, nos termos da Resolução CMN 5.034 do ude outra forma, desde que venha a ser legalmente permitido e devidante regulamentado pelo CMN, nos termos da Lei 12.431; (gg) Aquisição Facultativa: as Debêntures poderão ser adquiridas pela Companhia, no mercado secundário, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, devendo o fato constar do relatório da administração e das Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas (conforme definido na Escritura de Emissão) da Companhia, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, desde que observe as regras expedidas pela CVN; (hi) Resgate Obrigatório: caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização Monetária entre a Emissora e os Debenturistas ou caso não seja obtido quórum de deliberação ou instalação da Assembleia Geral de Debenturistas, observados os quórums a serem previstos na Escritura de Emissão e desde que transcorrido o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos considerando os pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo resgate antecipado das Debêntures, os termos do inciso I, do artigo 1º, da R seus demais representantes legais para, observado o Estatuto Social da Companhia, praticarem todos os atos, tomarem todas as providências e adotarem todas as medidas necessárias relativas à consecução e formalização at da Emissão e da Offerta, incluindo, mas sem limitação, a: (a) contratar os Coordenadores, mediante a celebração do Contrato de Distribução; (b) contratar os prestadores de serviços da Emissão, incluindo o Banco Liquidante, o Escriturador, os assessores legais e o Agente Fiduciário, a prestadores de serviços da Emissão, incluindo o Banco Liquidante, o Escriturador, os assessores legais e o Agente Fiduciário, a Agência de Classificação de Risco, entre outros, podendo, para tanto, negociar os termos e condições, assinar os respectivos contratos e fixar-lhes os respectivos homoránios; (c) celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, bem como todos os demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta, bem como seus eventuais aditamentos; e (d) praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações aqui consubstanciadas, definir e aprovar o teor dos documentos da Emissão e da Oferta e assinar os documentos necessários à sua efetivação e seus eventuais aditamentos, inclusive, dentre outros, a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante a 83, a ANBIMA, a CVM ou quaisquer outros órgãos ou autarquias junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a implementação da Emissão e da Oferta. (#ii) Autorizar e ratificar, se aplicável e caso necessário, a celebração, ainda que futuramente, pela Companhia de Contratos de SWAP com Instituições Financeiras, com o objetivo de gerenciamento de risco, bem como a celebração de instrumentos de suplementação de garantias reais e/ou fidejussórias relacionadas aos referidos Contratos de SWAP. (#v) Autorizar a Diretoria da Companhia e seus demais representantes legais a praticament todos os atos necessários para a celebração dos Contratos de SWAP e de garantias reais e/ou fidejussórias relacionadas aos referidos Contratos de SWAP. (\*v) Autorizar a Diretoria da Companhia e seus sía praticament todos os atos necessários para a celebração dos Contratos de SWAP e de garantias reais e/ou fidejussórias relacionadas aos referidos Contratos de SWAP. (\*v) Ainda, autorizar e ratificar todos os atos jã praticados pela Diretoria da Companhia e procuradores bastante constituídos, relacionados exclusivamente às deliberações acima. 7. Enceramentos: Declaro que a presente é cópia fiel da ata original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 19 de setembro de 2025. Fattyma Blum Gonçalves - Secretária e Advogada - OAB/PR 73.891. JUCESP nº 325.316/25-9 em 23/09/2025. Marina Centurion Dardani -

> por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. ps://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 57E2-3866-D8E2-FAD6 documento foi assinado digitalmente por O Dia De S verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas A publicação acima foi assinada e certificada digita



### PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/57E2-3B66-D8E2-FAD6 ou vá até o site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 57E2-3B66-D8E2-FAD6



### **Hash do Documento**

43382DFC190C544084640734188B09E8CD85DA5108F36AB40684E76EE12201D3

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/09/2025 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) 39.732.792/0001-24 em 25/09/2025 00:03 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

